

COEDUCAÇÃO PERCURSOS E DESAFIOS



3 EDITORIAL

Fátima Duarte

5 DOSSIÊ COEDUCAÇÃO PERCURSOS E DESAFIOS

5 > Coeducar para uma Sociedade Inclusiva. Trajetos da CIG em Breve Retrospectiva.

Teresa Pinto

7 > A Educação como Tesouro mais Valioso para a Construção de um Mundo melhor.

Cristina Vieira

10 > Os Guiões de Educação Género e Cidadania: produzir materiais, formar profissionais.

Teresa Alvarez

13 > Guiões de Educação Género e Cidadania – formar para a mudança.

Paula Silva

14 > Educação para a Igualdade: um passo, outro passo.

Teresa Joaquim

16 > Trabalhar as Questões de Género desde a Educação Pré-escolar.

Maria João Cardona

18 > Género e Cidadania na Educação: um percurso de formação partilhado.

Ana Pessoa, Carla Cibebe, Isabel Jesus

20 > Caminhos para a Igualdade de Género: um percurso na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre enquadrado na assinatura de um protocolo com a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.

Amélia Marchão

23 CIG

23 > 8 de março

23 > Centro de Informação & Documentação

25 > Planos Nacionais 2014-2017

26 > Convenção de Istambul no Ordenamento Jurídico Português

28 > Acolhimento e Transporte de Vítimas de Violência Doméstica

29 > Apoio à Autonomização de Vítimas de Violência Doméstica

30 > Dia Internacional da Luta Contra a Homofobia e Transfobia

30 > Protocolos de Cooperação entre a CIG e Autarquias

33 > III Reunião de Ministros/as Responsáveis pela Igualdade de Género da CPLP

34 > 58ª Sessão da CSW

36 > Empreendedorismo

37 > Recordar Fina d'Armada

40 CONSELHO CONSULTIVO (SECÇÃO INTERMINISTRIAL)

40 > Estado-Maior do Exército

41 CONSELHO CONSULTIVO (ONG)

41 > Associação Espaços

43 > CIMH/CGTP-IN

45 > CNOD

46 > FNAJ

48 > ILGA

50 > UMAR

53 RECURSOS DE INFORMAÇÃO



19



31



35



47

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE E EDIÇÃO

Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género

DIRETORA

Fátima Duarte

COORDENAÇÃO

Ana Borges
Leonor Gaspar Pinto

COLABORAÇÃO

Ana Borges, Andreia Marques, Isabel Campos, Marta Silva, José Palaio, Rosa Oliveira, Rosário Fidalgo.

CAPA

Ana Luísa Bolsa
4 Elementos – Comunicação e Design

PAGINAÇÃO

3 Cores, Publicidade e Comunicação

IMPRESSÃO

Gráfica, Lda.

TIRAGEM

4500 exemplares

DEPÓSITO LEGAL

87764/95

ISSN

0871-3316



FÁTIMA DUARTE

Presidente da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género

Este é o número 90 do NOTÍCIAS, publicação periódica da CIG há 29 anos, longevidade invejável para uma revista institucional. Tal como se pode ler no editorial do nº. 0, número experimental, de outubro de 1985, continua a pretender contribuir «para a melhoria da condição feminina e, com ela, da condição humana», princípios pelos quais, ao longo destas três décadas, tem vindo a pugnar.

O nonagésimo número da revista NOTÍCIAS, relativo ao primeiro semestre de 2014, escolheu o tema «Coeducação. Percursos e Desafios» para o seu Dossiê Temático. Defendendo a educação enquanto pilar fundamental na construção da igualdade entre mulheres e homens, o Dossiê conta com os contributos de: **Teresa Pinto**, que evidencia o papel pioneiro da CIG com o artigo “Coeducar para uma Sociedade Inclusiva: trajetos da CIG em breve retrospectiva”; **Cristina Vieira**, que defende “A Educação como Tesouro mais Valioso para a Construção de um Mundo Melhor”; **Teresa Alvarez**, que disserta sobre “Os Guiões de Educação Género e Cidadania: produzir materiais, formar profissionais”, bem como **Paula Silva**, numa outra perspetiva - “Guiões de Educação Género e Cidadania – formar para a mudança”; **Teresa Joaquim**, sobre a “Educação para a Igualdade: um passo, outro passo”; **Maria João Cardona**, que propõe “Trabalhar as Questões de Género desde a Educação Pré-escolar”; **Ana Pessoa, Carla Cibele e Isabel Jesus**, numa abordagem plural, a propósito de “Género e Cidadania na Educação: um percurso de formação partilhado” e, ainda, **Amélia Marchão**, com um texto mais institucional - “Caminhos para a Igualdade de Género: um percurso na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre enquadrado na assinatura de um protocolo com a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género”.

Ao longo do seu percurso institucional, a Comissão tem-se destacado como pioneira na promoção de diferentes iniciativas impulsionadoras da igualdade entre mulheres e homens, nomeadamente, na área da educação. Desde

a década de 70, tem sido responsável pela realização de projetos, ações de formação, seminários, etc., que se veem refletidos na sua política editorial, dos quais os Guiões de Educação Género e Cidadania espelham o espírito atual. A implementação do mainstreaming de género no sistema educativo constitui uma prioridade das políticas públicas da igualdade em educação. No presente, esta estratégia tem sido desenvolvida, ainda que não de forma exclusiva, em torno dos Guiões de Educação Género e Cidadania, através da sua divulgação junto das escolas, do ensino superior (formação inicial) e de autarquias (no caso do pré-escolar e do 1º ciclo), com uma firme aposta na formação contínua de profissionais de educação, geograficamente descentralizada, levada a cabo em parceria com a Direção-geral de Educação e o ensino superior e com a colaboração de investigadoras/es e docentes da Rede Coeducação. Recordar-se que os Guiões de Educação Género e Cidadania estão disponíveis em formato impresso e digital, este último acessível através do sítio web da CIG na área reservada à Documentação de Referência (<http://www.cig.gov.pt/documentacao-de-referencia/doc/>)

“Sob o Signo da Memória” foi o título escolhido pela CIG para a sessão evocativa do Dia Internacional das Mulheres, no Auditório da Biblioteca Nacional de Portugal, contando com diferentes intervenções, alusivas ao momento, e onde se procedeu, igualmente, ao lançamento da obra *Feminae – Dicionário Contemporâneo*. Sob a mesma égide, decorreu em Nova Iorque, de 7 a 21 de março, a 58ª sessão da CSW, que se centrou no tema prioritário “Desafios e conquistas na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio para Mulheres e Meninas”.

Já se referiu, no anterior editorial, que foram publicados, em Diário da República, o V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género 2014-2017 (V PNPCVDG), integrando o III Programa de

Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina 2014-2017 (III PAPEMGF), o V Plano Nacional para a Igualdade de Género Cidadania e Não-discriminação 2014-2017 (V PNI) e o III Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos (III PNPCTSH). Acrescenta-se, agora, que a CIG já procedeu à respetiva edição em CD, com folheto, e, muito brevemente, estarão disponíveis em formato impresso.

A Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica (Convenção de Istambul), que cria um quadro jurídico, a nível pan-europeu, e que visa proteger as mulheres contra todas as formas de violência e evitar, criminalizar e eliminar a violência contra todas as mulheres e a violência doméstica, foi aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 4/2013, de 21 de janeiro, e ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 13/2013, da mesma data. As eventuais alterações legislativas decorrentes da conformação do direito interno às obrigações provenientes da aprovação e ratificação da Convenção foram objeto de uma audição da CIG pelo Grupo de Trabalho sobre Implicações Legislativas da Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica (Convenção de Istambul) da 1ª Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, em maio, na qual houve oportunidade de dar a conhecer o parecer emitido pela CIG, em momento anterior à ratificação, no qual, em termos gerais, se considerava que seria útil a opção pela ratificação, ante-vedo-se, designadamente, a importância da sua projeção no ordenamento jurídico interno, mormente quanto à criminalização autónoma daquela que, no entender da CIG, consubstancia a violência de género, por excelência, ou seja, as práticas de mutilação genital feminina. O V PNPCVDG fundou-se já nos pressupostos da Convenção de Istambul, assumindo-se como uma mudança de paradigma nas políticas públicas nacionais de combate a todas estas formas de violações dos direitos humanos fundamentais, como o são as várias formas de violência de género, incluindo a violência doméstica, e, por esse motivo, o III Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina, uma das práticas tradicionais nocivas mais extremas de discriminação contra as mulheres e mais graves do ponto de vista da violação de direitos fundamentais, como a igualdade, a dignidade e a integridade de raparigas e mulheres, passou a integrar esse instrumento, deixando o âmbito do Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e

Não-discriminação, sob cuja égide se desenvolveram os dois programas anteriores.

A CIG, na sua qualidade de, por um lado, entidade coordenadora do IV PNCVD (2011/2013) e do atual V PNPCVDG (2014/2017) e, por outro, das competências que lhe estão cometidas pela Lei n.º 112/2209, de 16 de setembro, assegura, desde agosto de 2013, em todo o território nacional continental, o transporte de vítimas de violência doméstica para as estruturas de acolhimento de emergência e/ou para a rede pública de Casas de Abrigo. Simultaneamente, e com recurso às verbas provenientes dos Jogos Sociais, tem sido garantido o apoio financeiro à autonomização das vítimas de violência doméstica, acolhidas em Casa de Abrigo. Sublinhe-se, ainda, o Protocolo celebrado, em dezembro de 2013, entre a CIG e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP., no sentido de facilitar o acesso à habitação, por parte daquelas vítimas.

No primeiro semestre de 2014, a CIG assinou nove Protocolos de Cooperação com diferentes municípios do país. Através desta celebração, pretende-se a promoção e o desenvolvimento integrado da perspectiva de género e de igualdade de oportunidades nas políticas municipais como forma de aprofundar a efetiva igualdade entre mulheres e homens, objetivo que pode ser atingido através da nomeação da/o Conselheira/o Local para a Igualdade, a consolidação de uma estrutura e/ou mecanismo de suporte à promoção da IG ou, ainda, através da adoção de um Plano Municipal para a Igualdade entre mulheres e homens, que integre a perspectiva de género. O V PNI reconhece o papel imprescindível dos municípios na construção da igualdade de género, a nível de todo o território nacional, notando-se, no âmbito dos vários instrumentos de políticas públicas, sob coordenação da CIG, e de cujos grupos de trabalho de apoio passou a fazer parte a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), um reforço da cooperação, em especial através da elaboração e desenvolvimento de planos municipais para a igualdade.

O Conselho Consultivo da CIG participa neste número com os contributos do MAI, através do Estado-Maior do Exército, da Associação Espaços, da Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens (CIMH/CGTP-IN), da Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes (CNOD), da FNAJ - Federação Nacional das Associações Juvenis, da ILGA - Associação ILGA Portugal e da UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta ■



Coeducar para uma Sociedade Inclusiva Trajetos da CIG em Breve Retrospectiva

TERESA PINTO, CEMRI – Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais
Universidade Aberta



A CCF/CIDM/CIG¹ tem-se destacado como pioneira na promoção de projetos impulsionadores da igualdade entre mulheres e homens na área da educação, tendo coordenado o único projeto realizado em Portugal na década de 1970, o projeto Mudar as Atitudes, que lançou a coleção com o mesmo nome. Até 1995, esta Comissão manteve um papel preponderante no desenvolvimento de projetos nesta área, pois “dos 9 projetos desenvolvidos até 1995, 3 foram coordenados exclusivamente por aquela instituição e 6 resultaram de colaborações que a mesma estabeleceu com outros organismos”². Deve-se, ainda, a esta instituição a organização do primeiro congresso específico sobre A Igualdade de Oportunidades na Educação e na Formação Profissional (1988). Merece menção o projeto transnacional *Em Busca de uma Pedagogia da Igualdade* (1993-1995), realizado em parceria com a Universidade de Valladolid e subsidiado pela Comissão Europeia, que deu relevo à formação contínua de docentes em matéria de género, educação e currículo, através de investigações conjuntas entre professoras e professores de Portugal e de Espanha, de duas Universidades de Verão (Lisboa, 1994, e Palência, 1995) e

de cinco publicações.³

Continuidade e abrangência

Na segunda metade da década de 1990, registou-se uma diversificação das instituições promotoras de projetos, mas poucas mantiveram uma dinâmica de continuidade e abrangência em termos temporais e/ou geográficos semelhante à da Comissão, em particular no que respeita à temática do género na formação inicial e contínua de docentes. Prosseguindo com projetos-piloto transnacionais promotores da igualdade entre mulheres e homens na educação, nomeadamente vocacionados para a formação inicial e contínua de docentes, e estreitando parcerias com o ensino superior, a Comissão colaborou com a Universidade Aberta na coordenação do projeto transnacional IO-FID – *Igualdade de Oportunidades e Formação Inicial de Docentes* (1995 e 1997), com o Instituto Andaluz de la Mujer no Curso de Formación en *Educación No Sexista* (1996), com o EMAKUNDE - Instituto Vasco de la Mujer, no projeto *Pareko, hacia una Escuela Coeducadora* (2000-2001), e coordenou o projeto transnacional Coeducação (1998-2001), subvencionado pela Comissão Europeia.

O projeto *Coeducação* congregou, dez instituições,⁴ sete nacionais e três internacionais, às quais se foram associando, progressivamente, outras parcerias,⁵ constituindo uma rede alargada de instituições e de especialistas na área género/educação. Visando contribuir com materiais pedagógicos para a integração da igualdade entre mulheres e homens no domínio da educação, as equipas do projeto lograram produzir

¹ A atual CIG (Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género) sucedeu, em 2007, à CIDM (Comissão para a Igualdade e os Direitos das Mulheres), a qual tinha substituído, em 1991, a CCF (Comissão da Condição Feminina, criada em 1975 e institucionalizada em 1977).

² Pinto, Teresa, Henriques, Fernanda [2002]. “Educação e Género: dos anos 70 ao final do século XX: subsídios para a compreensão da situação”, ex aequo, n.º 6, p.17.

³ AAVV [1995], *Em Busca de uma Pedagogia da Igualdade*. Universidade de Verão. Atas, Lisboa, CIDM; Henriques, Fernanda, *Projetos de Vida, Projetos de Aprendizagem* (1994), Lisboa, CIDM; Henriques, Fernanda (1994), *Igualdades e Diferenças. Propostas Pedagógicas*, Porto, Porto Editora; Silva, Luísa Ferreira da, et al. (1995), *Rosa cor de Azul*, Lisboa, CIDM; Alario, Teresa, et al. (1998), *Hacia una Pedagogía de la Igualdad*. Actas de la II Universidad de Verano, Salamanca, Amarú.

⁴ Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres, Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora, Escolas Superiores de Educação de Beja, de Santarém e de Setúbal, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Universidade de Coimbra, Seminario Universitario de Educación non Sexista da Universidade de Valladolid (Espanha), Centro per l’innovazione e la Sperimentazione Educativa de Milano (Itália) e Institut Universitaire de Formation des Maîtres de Lyon (França).

⁵ Escolas Superiores de Educação de Lisboa e do Porto, Universidade Fernando Pessoa, Universidade do Minho, Faculdade Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências e Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.



DOSSIÊ COEDUCAÇÃO: PERCURSOS E DESAFIOS

notícias 90 | janeiro-junho | 2014

dez brochuras originais, os *Cadernos Coeducação*,⁶ que foram traduzidos e publicados em português, espanhol, francês e italiano. Em junho de 1999, uma coleção com 23 títulos, que envolveram cerca de 40 autoras e autores, era apresentada num Seminário Internacional, em Lisboa. Estes materiais resultaram de um processo dinâmico de coordenação partilhada e de intercâmbio de conhecimentos e experiências de inegável enriquecimento para todos os elementos envolvidos, quer pelo entrosamento com outras redes, constituídas em torno dos distintos projetos em curso em cada instituição, quer pelo estabelecimento de diversos protocolos que consolidaram as relações de trabalho encetadas e firmaram iniciativas conjuntas futuras.

No segundo ano do projeto iniciou-se a aplicação dos materiais na formação inicial e, também, na formação contínua, nos quatro países integrados no projeto — Portugal, Espanha, França e Itália. A consciência de que a dimensão da igualdade de oportunidades numa perspetiva de género atravessa todas as áreas da vida e do conhecimento e de que a sua abordagem explícita, constitui um requisito essencial da formação académica e da formação de docentes, estimulou a participação empenhada das e dos especialistas em Estudos sobre Género e em Ciências da Educação participantes no projeto. A multidisciplinaridade e a transnacionalidade da rede de especialistas constituída possibilitaram o cruzamento de três problemáticas fundamentais no processo de promoção de uma atitude de exercício efetivo da cidadania e da democracia: coeducação, género e formação de docentes.

Coube à CIDM a articulação entre as diferentes equipas parceiras de forma a gerir a diversidade e a dinâmica que caracterizaram globalmente o desenvolvimento do projeto, assegurando formas estimulantes de comunicação entre as diversas equipas.

A publicação, em 4 línguas, do *Boletim Coeducação*, possibilitou a comunicação, partilha e divulgação das atividades, designadamente de aplicação dos *Cadernos Coeducação*, realizadas por todas as equipas, permitindo apreender os processos e resultados do projeto em cada instituição no conjunto dos quatro países envolvidos.

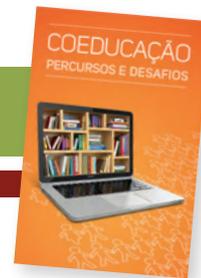
O projeto iniciou-se e terminou com dois *workshops* transnacionais (1998 e 2001⁷) e um nacional (1999), nos quais as equipas se reuniram, debateram, tomaram decisões estratégicas e substantivas, avaliaram e prospetivaram estratégias e ações de continuidade e alargamento. Vários meios contribuíram para a divulgação das atividades e produtos do projeto a um público mais alargado: dois Seminários Internacionais (1999 e 2000) realizados em Lisboa⁸; vinte e uma sessões públicas de apresentação do projeto no conjunto dos quatro países (2000 e 2001); participação em Conferências Internacionais — Paris (1999), Lyon (2000), Nápoles (2000, no âmbito da Presidência Italiana da União Europeia), Vitória no País Basco (2000), Roma (2000) e Turim (2001); apresentação no Conselho da Europa (Strasbourg, 2000) e na Revista Oficial da DGV da Comissão Europeia (2001) que selecionou este projeto (e mais cinco), de entre todos os que foram financiados no quadro do IV Programa Comunitário para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens, para um estudo de avaliação e aprofundamento de boas práticas; um desdobrável do projeto em quatro línguas, um marcador de livros, notícias publicadas em jornais locais e nacionais, revistas de universidades, de associações científicas e da CIDM, um prospeto da APEM e informações em páginas web de várias instituições constituíram outras vias de disseminação do projeto.

Dos resultados alcançados pelo projeto destacam-se, pelo valor acrescentado na área da coeducação, o carácter pedagógico e inovador no que respeita, não só à incorporação da reflexão sobre as questões de género nos currículos e programas da formação de docentes, quer na formação inicial e contínua de docentes, quer em disciplinas de formação científica ao nível de licenciaturas e mestrados, mas também a metodologias de ensino e temáticas de investigação. Estes aspetos explicam a dinâmica do projeto e o seu alargamento a um vasto conjunto de contextos de intervenção que ultrapassaram claramente as expectativas iniciais e sustentaram uma rede transnacional de especialistas em género e educação. Os elementos desta rede continuam a manter uma relação privilegiada com a CIG e esta instituição tem logrado avivar e reforçar o seu funcionamento até ao presente, através de novas iniciativas e de novos desafios.

⁶ Os dez cadernos originais foram: *Coeducação e Igualdade de Oportunidades*, Milieux Scolaires et Questions de Genre: *Eléments de Réflexion pour la Pratique d'Enseignement*, *Identidad y Género en la Práctica Educativa*, *A Narrativa na Promoção da Igualdade de Género. Contributos para a Educação Pré-Escolar*, *Orientamento e Identità di Genere: la Relazione Pedagogica*, *Criatividade na Coeducação: uma Estratégia para a Mudança, Linguagem, Poder*, *Educação: o Sexo dos B.A.BAs*, *Estereótipos de Género, Des-fiar as Vidas. Perspectivas Biográficas, Mulheres e Cidadania, Educação para a Cidadania*.

⁷ Pinto, Teresa (coord.) (2001), *A Profissão Docente e os Desafios da Coeducação. Perspetivas teóricas para práticas inovadoras*, Lisboa, CIDM.

⁸ AAVV (1999), *Coeducação: do Princípio ao Desenvolvimento de uma Prática*, Lisboa, CIDM. AAVV (2000), *Coeducar para uma Sociedade Inclusiva*, Lisboa, CIDM.



De entre esses desafios, destaca-se a parceria no Projeto SACAUSEF – Sistema de Avaliação, Certificação e Apoio à Utilização de Software para a Educação e a Formação – coordenado pela ERTE/ MEC, o qual tem tido um impacto muito significativo na produção e certificação de Recursos Educativos Digitais (RED) disponibilizados em linha, nomeadamente no Portal das Escolas do MEC. Em desenvolvimento desde 2004, o projeto realizou três Seminários (2005, 2008 e 2011) e ações de formação sobre “A Dimensão de Género na Análise de Recursos Educativos Digitais”, para a bolsa de avaliadores/as de RED (2010/11). Produziu, ainda, uma coleção de publicações, os *Cadernos Sacausef*, disponíveis em linha, que conta até ao momento com oito números, dois dos quais vocacionados mais diretamente para as questões do género, *A dimensão do Género nos Produtos Educativos Multimédia e Género (2007)* e *Recursos Educativos Digitais (2011)*⁹. Estas iniciativas contaram com uma colaboração especial da CIG e nelas participaram elementos da Rede Coeducação.

Sublinhe-se, também, a importância da edição da coleção *Fio de Ariana*, iniciada em 2004, que torna acessível, num pequeno formato de bolso, sínteses de investigações académicas relativas a temas ou personalidades fundamentais para uma melhor compreensão da realidade social portuguesa, permitindo

⁹ Os produtos do projeto podem ser consultados em <http://erte.dge.mec.pt/index.php?section=92>

do dimensionar a relação entre mulheres e homens como um elemento estruturante da interpretação e do conhecimento das várias esferas da atividade humana¹⁰. Cada volume inicia-se com uma cronologia contextualizadora, prossegue com o desenvolvimento do tema e finaliza com uma antologia, a qual proporciona recursos pedagógicos, muitos deles inéditos, facilitadores da exploração de cada tema no ensino básico e secundário, bem como na formação inicial e contínua de profissionais de educação.

Contribuir com recursos que facilitem a promoção da aquisição de competências para a vida pessoal, social e profissional de raparigas e rapazes, capacitando ambos os sexos para o pleno exercício da cidadania em todas as esferas da vida, tem sido uma das prioridades que a CIG tem continuado a assumir recorrendo à Rede Coeducação. Os quatro *Guiões de Educação Género e Cidadania (2010-2011)*, destinados ao pré-escolar, 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico e validados pelo Ministério da Educação, constituem uma resposta ímpar às recomendações internacionais e nacionais, bem como às necessidades sentidas por docentes e formadores/as de aceder a materiais teórico-práticos facilitadores da integração da dimensão de género nos diversos contextos educativos ■

¹⁰ Esta coleção encontra-se acessível em linha em <http://www.cig.gov.pt>

A Educação como o Tesouro mais Valioso para a Construção de um Mundo Melhor

Cristina Maria Coimbra Vieira, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra.

O título deste pequeno texto desperta certamente em quem o lê a ideia da utopia de se atribuir à educação um papel quase mágico, que nos ajudará a resolver grande parte dos problemas da instável convivência social, da falta de aceitação da diferença e do desrespeito pela alteridade, tão comuns entre as pessoas, nos nossos dias, e que podem ser entendidos como fragilidades da cidadania. Mas, se é verdade que a educação não consegue desempenhar sozinha essa função, pois não podem ficar de fora da discussão, entre outras, as determinantes económicas e políticas

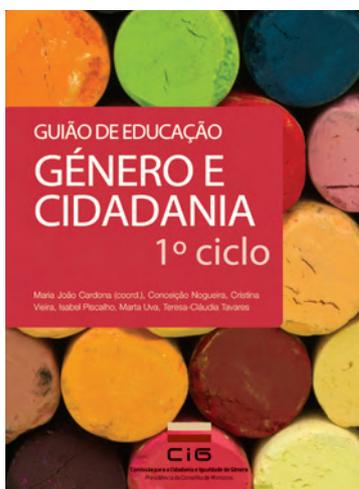
em que assentam os pilares da sociedade, também se sabe que ela é um dos mais poderosos recursos que temos ao nosso alcance para fomentar mudanças positivas, duradoras e (diríamos) irreversíveis para o bem comum.

Entendemos aqui o termo educação numa perspectiva ampla, que abrange os contextos formais e não formais, enquadrando-a numa perspectiva coextensiva à duração da vida, e referimo-nos não apenas à transmissão de conhecimentos, mas também à necessi-



DOSSIÊ COEDUCAÇÃO: PERCURSOS E DESAFIOS

notícias 90 | janeiro-junho | 2014



dade de desenvolvimento do pensamento crítico, nas pessoas de diferentes idades, tendo em vista promover nelas a capacidade de lidarem criticamente com a informação.

Aprender não significa acumular informação na memória, mas implica pensar sobre o que se ouve, lê, conjectura e observa, de maneira a que cada pessoa consiga construir intelectualmente o conteúdo dessa aprendizagem. Este trabalho de construção de estruturas mentais flexíveis, muito pouco receptivas a ideias absolutistas e a crenças infundadas, leva tempo e, por essa razão, muitas vezes parece que o investimento na educação das pessoas produz efeitos mínimos na mudança social, já que dificilmente são visíveis a curto prazo. De facto, acreditamos que esse tem sido o principal óbice ao investimento político na área da educação: o tempo que demora o retorno desse investimento e a pouca visibilidade social imediata dos resultados.

É certo que o caminho percorrido em Portugal, quanto à introdução do eixo estruturante da igualdade de género, quer na formação inicial e contínua dos/as diferentes profissionais de educação e formação, quer nas orientações curriculares traçadas para os diferentes níveis de ensino, já é longo, muito fruto dos cinco Planos Nacionais para a Igualdade e do trabalho empenhado e colaborativo de diferentes pessoas e entidades, das quais a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) é uma referência incontornável. Mas, falta fazer muitíssimo mais, e os pro-

gressos não têm sido lineares nestas conquistas, já que certas circunstâncias sócio-históricas, de que a crise económica nos últimos anos é um exemplo, têm mesmo conduzido, em nosso entender, a reveses que poderão inverter o sentido da mudança desejada.

No que concerne especificamente ao combate às estereotípias assentes na 'ordem social de género', diferencialmente penalizadoras para mulheres e homens consoante a área da vida pessoal e social em análise, a educação de todas as pessoas, em todas as idades, assume indiscutivelmente um carácter emancipatório. O aprender a usar as "lentes de género" tem sido, talvez, o aspecto mais realçado pelos diferentes profissionais de educação que têm estado envolvidos em actividades formativas recentes (Oficinas de Formação para aplicação dos Guiões de Educação Género e Cidadania), nas quais tenho estado envolvida como formadora, e que cruzam as temáticas da educação, do género e da cidadania. E esta tomada de consciência individual de profissionais de ambos os sexos é, certamente, o primeiro passo para a concepção de boas práticas, assentes no princípio estruturante da criação de igualdade de oportunidades para raparigas e rapazes, na escola, na família e em todos os outros contextos educativos.

De facto, não é possível educar para promover a mudança social sem que essa mudança ocorra primeiro em quem educa. Depois, há que ter presente que não é fácil apagar as crenças estereotipadas da memória das sociedades e dos grupos, pois elas fazem parte de uma herança cultural fortemente arraigada nos indivíduos, em virtude do seu processo de socialização. Tal 'espólio' de conhecimentos, valores e convicções tende a assumir um papel normativo na modelação dos comportamentos individuais de rapazes e raparigas, e de mulheres e homens, turvando inclusive as lentes com que as pessoas em todos os momentos se avaliam e ajuízam quem os rodeia.

O poder silencioso e sub-reptício das mensagens veiculadoras de diferentes formas de discriminação – quer estejamos a falar das questões de género, de outras formas de estereotípias ou do cruzamento das primeiras com a diversidade de pertenças individuais



(interseccionalidade) – contamina, também de forma velada, a capacidade de decisão individual, a autonomia crítica e a própria racionalidade. Cidadãos e cidadãs menos flexíveis, do ponto de vista das suas competências para lidar de maneira reflexiva com a informação, serão certamente pessoas menos competentes no exercício da sua cidadania, quer ao nível da respectiva postura cívica individual, quer no que concerne aos seus relacionamentos interpessoais e interculturais. Serão, por isso, menos felizes.

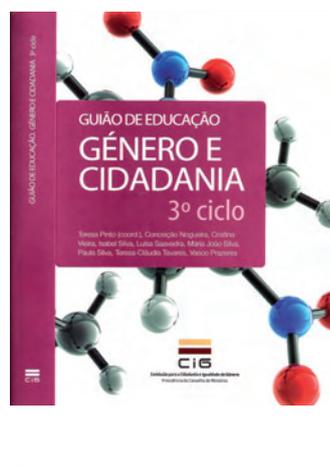
Tanto em idades mais jovens como durante a vida adulta, a promoção do pensamento crítico, associado à aquisição de conhecimentos e ao desenvolvimento de competências cognitivas para saber lidar com eles, é uma tarefa complexa que exige um trabalho sistemático e concertado de todos/as quantos/as têm responsabilidades educativas. E esta missão dos/as educadores/as assume ainda maior complexidade, perante a necessidade de se levarem em conta e de se respeitarem as potencialidades específicas das pessoas com quem se trabalha. Referimo-nos não apenas às diferenças interindividuais, ou seja, às diferenças entre os/as educandos/as, sejam elas de ordem, cognitiva, afectiva, experiencial ou outra, mas também às diferenças intra-individuais. Estas últimas remetem-nos para o facto de cada pessoa se desenvolver a ritmos diferentes nos seus diversos domínios de funcionamento, podendo dois educandos com a mesma idade cronológica, por exemplo, estarem em patamares diferentes no que concerne ao desenvolvimento cognitivo ou mesmo ao raciocínio moral.

Tendo por base todas estas asserções, educar para a mudança social, de forma a ajudar as gerações futuras a serem melhores do que as que lhe antecederam, não poderá repousar apenas na criação de momentos de sensibilização pontuais ou na abordagem, desgarrada da vida real de quem se educa, de temas da actualidade, de um modo passivo e transmissivo, como se aqueles assuntos fossem sobre os/as outros/as, os/as vizinhos, os/as estranhos/as, os/as de outra classe social, de outra família, ou de outra origem étnica. Efectivamente, a mudança almejada impõe o uso de estratégias educativas activas que envolvam – da parte de quem educa e de quem assume o papel de

educando – a cognição e os afectos, exemplos da vida comum, modelos positivos para análise e a comprovação de boas práticas.

Aprender a pensar de forma crítica requer que se esgrimam argumentos, que se ouçam pontos de vista divergentes, que se avaliem respostas, que se reflecta sobre as causas e consequências de uma determinada decisão, que se ponderem valores e atitudes, que se formem consensos e que se tentem encontrar soluções para problemas partilhados. Ora, todas estas estratégias são primordiais para fomentar desde muito cedo o questionamento das estereótipas em rapazes e raparigas, através de actividades educativas que eles e elas consigam acompanhar em função da sua crescente maturidade física e intelectual. Além disso, como se disse atrás, assume particular relevância a abordagem de temas com os quais os/as educandos/as se identifiquem, para que se envolvam mais genuinamente na discussão dos mesmos e façam uso dessa reflexão conjunta para a tomada de consciência individual.

É esta atitude transformadora que traduz o tal poder emancipatório da educação, pois desta forma é possível cooperar para a formação cívica e ética de cidadãos e de cidadãs mais reflexivos, mais tolerantes, mais autónomos ao lidar criticamente com a informação, mais capazes de tomar boas decisões, mais abertos à diversidade e mais sensatos na sua relação com os outros. A educação constitui, por isso, o tesouro mais valioso de que dispomos para a construção de um mundo melhor ■





Os Guiões de Educação Género e Cidadania: produzir materiais, formar profissionais

Teresa Alvarez, Núcleo para a Promoção da Cidadania e Igualdade de Género, CIG.

Entre 2008 e 2013, a CIG, com o apoio financeiro do POPH, coordenou a produção e publicou quatro *Guiões de Educação Género e Cidadania* destinados, respetivamente, ao pré-escolar e aos 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico, visando este último, também, o ensino secundário. Destes materiais fizeram-se três edições – uma em livro e duas digitais¹¹, tendo-se já reeditado os Guiões do 2º ciclo e do pré-escolar. Em 2011-2012, a CIG traduziu para inglês e editou, em suporte digital, os Guiões do pré-escolar e do 3º ciclo, disponibilizando-os em linha, devido ao interesse internacional que estes materiais provocaram (ver caixa).

Ainda neste período, a CIG assegurou, em colaboração com a DGE e a Rede de Bibliotecas Escolares, a distribuição dos quatro Guiões por cerca de 800 agrupamentos escolares/escolas.

A autoria e consultoria destes materiais foram asseguradas por uma equipa de 21 pessoas, investigadoras e docentes de dez instituições do ensino superior, universitário e politécnico, do norte a sul do país, pertencentes à Rede *Coeducação*, o incontornável recurso nacional que continua a tornar possível a intervenção da CIG neste domínio. Ao Ministério da Educação, através da Direção Geral de Educação, coube acompanhar o processo, colaborando na decisão sobre a sequência a dar aos ciclos a abranger pelos Guiões (e a incorporação da vertente da orientação vocacional no Guião do 3º ciclo), e validar a adequação curricular dos Guiões.

Porquê estes Guiões?

Os Guiões vieram responder a dois desafios/problemas há muito identificados na formação contínua de docentes sobre Igualdade, Género e Educação. O primeiro consiste na dificuldade sentida por docentes e educadoras em “passar à prática”, uma vez terminada a formação: *E agora? Como é que eu faço/vou fazer?*

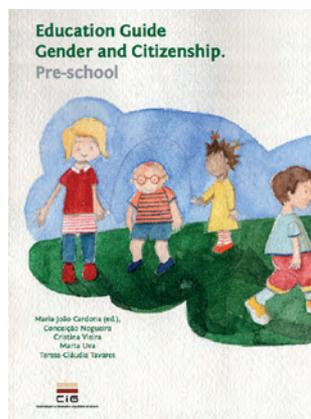
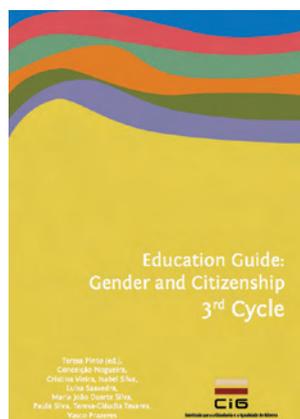
O segundo baseou-se na necessidade, amplamente diagnosticada, de propostas práticas, adequadas aos programas e ao currículo, pertinentes e exequíveis, que não se traduzissem num acréscimo curricular para docentes, evitando a recorrente e, quantas vezes, desesperada afirmação *Mas, eu não tenho tempo!*

Deste modo, foram dois os eixos que nortearam a conceção dos Guiões: o do **conhecimento** através do qual se mobilizou a produção científica em Estudos sobre as Mulheres e do Género visando uma concretização dos programas disciplinares cientificamente mais atualizada e pedagogicamente mais eficaz, mais próxima da realidade concreta de alunas e alunos e mais integradora da diversidade humana; o da **cidadania** mediante o qual se incorporaram as relações sociais de género como um eixo estruturante das propostas de práticas educativas, tornando-as, de facto, promotoras da igualdade efetiva entre raparigas e de rapazes, questionando e desconstruindo os precon-

Os Guiões de Educação Género e Cidadania no Seminário de Boas Práticas da Comissão Europeia

Em outubro de 2012, a Comissão Europeia realiza, em Lisboa, o Seminário Internacional de Boas Práticas Gender and Education visando, entre outras, a apresentação dos Guiões do pré-escolar e do 3º ciclo, considerados uma boa prática europeia pelo Grupo de Alto Nível para o *Mainstreaming* de Género. Juntamente com os exemplos trazidos por Espanha e pela Dinamarca, os Guiões foram apresentados e puderam ser objeto de debate e de reflexão por mais de 30 representantes (dos Mecanismos para a Igualdade, Ministérios da Educação e Academia), provenientes de 16 países europeus.

¹¹ A edição especial, interativa, em suporte flash, dos dois primeiros Guiões, apresentada publicamente em maio de 2010, manteve-se disponível, em linha, até 2013.



ceitos de género e eliminando o sexismo no espaço escolar.

O que trazem de novo os Guiões?

O currículo foi, pois, o ponto de partida e o ponto de chegada das equipas autoras dos Guiões na sua estruturação e na organização e conceção de conteúdos. Ainda que estes materiais possam ser utilizados noutros contextos educativos, é no sistema educativo escolar que adquire maior sentido a aplicação das propostas/sugestões práticas dos Guiões. Estes destinam-se preferencialmente a dois públicos: profissionais de educação de infância e docentes dos ensinos básico e secundário e, ainda, psicólogas/os em funções nas escolas (no caso do Guião do 3º ciclo).

Com a mesma estrutura, os Guiões apresentam uma linguagem clara, rigorosa e de fácil leitura, com uma apelativa e cuidada conceção gráfica. A 1ª parte, focalizada na profissão docente, incide sobre a teoria do género, com os seus diferentes enfoques nas diversas áreas científicas, e a sua intrínseca relação com os conceitos e as práticas de cidadania e com o currículo. Demonstra-se que sem uma educação que vise, de forma inequívoca, a igualdade social entre rapazes e raparigas não há espaço para a interiorização, por umas e por outros, “do direito aos direitos” de cidadania e, portanto, ao seu exercício, sem condicionalismos e/ou penalizações em função do sexo. A leitura das várias dimensões do currículo, na ótica do género, questiona a sua aparente “neutralidade” e revela o seu cariz *genderizado*, proporcionando “um outro olhar”, auto reflexivo e crítico, sobre o *currículo prescrito* e desafiando a mudanças substantivas no *currículo em ação*.

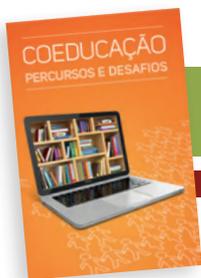
Na segunda parte dos Guiões, são apresentadas sugestões práticas e propostas de atividades aplicáveis em qualquer contexto escolar (turma, disciplina, projeto) e de âmbito mais ou menos abrangente (ano, ciclo, escola, agrupamento, comunidade escolar ou comunidade educativa). Uma outra mais-valia dos Guiões é a coerência da sua vertente prática com a atividade docente quotidiana, as dinâmicas e lógicas de funcionamento das escolas e os processos de socialização, relacionamento e interação que nelas têm lugar. Para isso contribuíram as sugestões de educadoras de infância e de docentes de todos os ciclos de ensino, através de ações de formação contínua acreditadas, realizadas durante a conceção dos Guiões, em 2008-2009 e em 2009-2010¹². Um número significativo das propostas dos Guiões foi concebido com ou testado por educadoras do pré-escolar e docentes, como se dá conta no Guião do 3º ciclo em *Ecos de Aplicação*.

Formação de docentes concertada e focalizada ...

Em 2008, o Comité CEDAW sublinhava, nas recomendações dirigidas ao Estado português, que não basta produzir bons materiais promotores da igualdade entre mulheres e homens. É necessário fazer uma aposta política, continuada e sustentada, na formação de docentes e na sua capacitação para a utilização, adequada e intencionada, desses materiais.

A partir da publicação dos primeiros Guiões (pré-escolar e 3º ciclo), em 2010, até ao presente, a CIG, a DGE e oito instituições de ensino superior realizaram 30 ações de formação contínua acreditadas, gratuitas, especificamente centradas na aplicação dos Guiões. As primeiras 5 foram promovidas pela DGE e pela CIG, em 2010-2011, e visaram a aplicação dos Guiões (pré-escolar e 3º ciclo) em 7 agrupamentos de escolas-piloto (Norte, Centro, Grande Lisboa, Alentejo e Algarve). Mas é no ano letivo de 2013-2014 que a formação de docentes se alarga em resultado do apoio financeiro, proveniente das verbas dos Jogos Sociais atribuídas à área da Igualdade, e que permitiu a realização de 25 ações de formação, num total de 754 horas, concluídas por 419 pessoas (84% do sexo feminino e 16% do sexo masculino). Estas ações abrangeram 116 Agru-

¹² Em 2008-2009 a ESE de Santarém e a CIG realizam duas ações de formação em Vila Franca de Xira, para docentes dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e do secundário, e uma ação de formação em Santarém, para educadoras de infância; em 2010-2011 a ESE de Santarém realiza uma ação de formação para docentes do 1º ciclo. São estas quatro ações de formação que permitem a conceção das propostas destinadas ao pré-escolar e 1º ciclo e a experimentação das propostas dirigidas ao 3º ciclo



DOSSIÊ COEDUCAÇÃO: PERCURSOS E DESAFIOS

notícias 90 | janeiro-junho | 2014



pamentos Escolares/Escolas, distribuídos geograficamente por 80 concelhos (29%) e cobrindo a totalidade dos 18 distritos do continente, incluindo, ainda, o de Angra do Heroísmo.

As 9 equipas de formação¹³ mobilizaram, no seu conjunto, 34 formadoras/es (incluindo todas as autoras dos Guiões¹⁴), pertencentes às Escolas Superiores de Educação de Santarém, Setúbal, Portalegre e Porto e às Universidades Aberta, de Coimbra (FPCE), Évora, Porto (FPCE e FD), e Minho.

... gera perplexidades e reforça redes

Este processo foi facilitado por um conjunto de protocolos assinados com o ensino superior e pelo facto da oferta de formação proporcionada pela CIG ir ao encontro das necessidades de algumas autarquias que, no quadro dos Planos Municipais para a Igualdade, têm conferido prioridade à área da educação e ao trabalho com as escolas.

Formandas e formandos das 28 ações de formação avaliaram como muito bom a formação que receberam e como excelente os Guiões de Educação Género e Cidadania que usaram e aplicaram nas suas escolas, com as alunas e os seus alunos.

Algumas perplexidades surgiram à medida que algumas e alguns docentes se foram questionando enquanto pessoas e enquanto profissionais, alterando o olhar sobre a sua atividade pedagógica e educativa. Alguns resultados referidos por docentes e educadoras foram a descoberta da facilidade e da utilidade na aplicação dos Guiões; as suas surpresas face a certas conceções de crianças e jovens; a constatação da importância do conhecimento sobre as representações

sociais de género dos alunos e das alunas para se fazer face a situações e problemas que os e as envolvem ou afetam.

Dos desafios enunciados por docentes, destacaram-se: a continuidade a dar à mudança da ação pedagógica e o facto de tal mudança implicar o envolvimento de toda a escola; a sustentabilidade dessa mudança exigir ações de formação continuadas e de aprofundamento; a necessidade de momentos regulares de balanço e de partilha.

Em março de 2014, a CIG realizou o Workshop *Educação, Género e Cidadania: repensar a intervenção, fazer a mudança*, convidando as formadoras e os formadores envolvidos neste processo. Estiveram presentes elementos de todas as equipas de formação que parti-



lharam as experiências, expressaram as expectativas, refletiram sobre os resultados obtidos e os efeitos que foram observando ao longo de cada oficina ou curso de formação, equacionaram formas de potenciar as boas estratégias e os bons resultados e concluíram da necessidade de conhecer o impacto da formação que realizaram.

O impacto da formação em género e educação nas escolas exige tempo para que as mudanças operadas a nível individual, durante as ações de formação, se enraízem em cada pessoa, ultrapassem quem frequenta e se alarguem à comunidade escolar, mudando práticas coletivas, dinâmicas organizacionais e paradigmas culturais ■

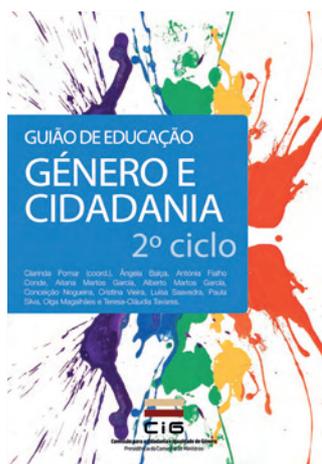
¹³ Uma equipa de formação da DGE (constituída por 6 autoras dos Guiões) e uma equipa de formação de cada uma das oito instituições de ensino superior que promoveu esta formação.

¹⁴ Com exceção da autora espanhola Aitana Matos García.



Guiões de Educação Género e Cidadania: formar para a mudança.

Paula Silva, CIAFEL - Centro de Investigação em Atividade Física, Saúde e Lazer, Faculdade de Desporto, Universidade do Porto



A importância da educação no desenvolvimento das sociedades e das pessoas é reiterada em muitos relatórios e estudos nacionais e internacionais, alertando igualmente que o alcance da equidade na educação exige uma particular atenção na identificação de estereótipos e preconceitos em ambiente escolar. Uma cultura escolar estruturada nos princípios da igualdade de género emerge fundamentalmente pela ação dos elementos que constituem a comunidade escolar, implicando o comprometimento de todos e todas, necessitando contudo de um enquadramento legal e regulamentar facilitador de estratégias pedagógicas e organizativas que valorizem e operacionalizem esses princípios. As crenças genderizadas de professoras e professores afectam as suas decisões, os seus comportamentos e interações, promovendo um impacto nas percepções e atitudes dos seus alunos e alunas. A forma como o conjunto de decisões inerentes ao papel da docência reforça estereótipos de género é expressa nas interações docente-discente, nas expectativas que docentes têm acerca dos comportamentos e dos resultados dos seus alunos e das suas alunas, nas práticas e materiais pedagógicos que adotam e nos modos como avaliam. A formação de docentes assume um papel decisivo em qualquer projecto de intervenção que vise a igualdade de género, pelo que este

tema deveria estar presente nos planos dos cursos que habilitam para a docência. Mas tal não se verifica, e a sua abordagem é pontual ou inexistente...

Existe uma efetiva igualdade de acesso à educação escolar para os dois sexos criando a ilusão de uma igualdade de oportunidades. No trajeto escolar são ainda identificáveis discriminações em função do sexo, diríamos microdiscriminações, adaptando o termo de Luis Bonino de micromachismos. São discriminações não percebidas, quase imperceptíveis, no limiar da evidência. Atuam discretamente mas de forma indelével, valendo pelo seu conjunto, moldando formas de ser e de estar tão enraizadas que direcionam pensamentos, opções, ações e julgamentos. Tal como no desporto, durante o jogo de uma qualquer modalidade as decisões de quem arbitra podem alterar o resultado desse jogo. Não por uma óbvia decisão errada, mas por decisões sóbrias e imperceptíveis, percebidas como 'naturais' à própria essência do jogo, mas que beneficiam a equipa que pretende manter-se dominante na competição. Estas microdiscriminações são efetivas discriminações, porque têm sempre forte impacto na vida das pessoas que as sofrem, por menos percebidas que sejam.

Os guiões editados pela CIG, e acompanhados na altura pela Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC), dirigidos a docentes dos vários níveis de ensino (do pré-escolar ao 3º ciclo do ensino básico) intitulados *Guião de Educação Género e Cidadania*, apresentam um enquadramento teórico e múltiplas sugestões práticas de intervenção educativa na área do género e cidadania. A sua leitura, mas principalmente a aplicação das atividades que apresentam, têm este bem, o de desocultar, o de colocar em primeiro plano, o de identificar as discriminações de género, inclusive as microdiscriminações.



As mudanças visíveis pela conduta de docentes podem não implicar uma alteração na sua dimensão pessoal porque a proposta de inovação pode não produzir efeito nas suas crenças e valores. Mas cada vez mais concordamos com o princípio do modelo de mudança de Guskey que preconiza que se docentes constatarem resultados positivos na educação dos seus alunos e das suas alunas devido a mudanças nas suas práticas de ensino, estas promoverão, pelo questionamento que originaram, uma mudança ao nível das crenças e atitudes.

A experiência nas oficinas de formação concebidas e organizadas para a divulgação e aplicação dos *Guiões de Educação, Género e Cidadania*, revelou as formas como inicialmente docentes estranham o conceito de género e sua pertinência nas práticas educativas e formativas e como, após reflectirem sobre o processo de planificação e de aplicação das atividades e seus resultados, *entranham* esse conceito. *Não mais vou conseguir analisar algo que se passa na aula, ou mesmo no dia-a-dia, sem considerar as questões de género* – este novo posicionamento, já mais de natureza ontológica, permitirá analisar o que acontece na escola numa nova dimensão, um olhar sobre o mundo que não mais será o mesmo por ser portador de uma perspectiva de género. Claro que este alcance não é conseguido em todas as pessoas que frequentam esta formação, mas as crenças dominantes de uma masculinidade hegemónica e de uma feminilidade enfatizada ficam abaladas, constituindo o primeiro passo para o processo de mudança. E a mudança é feita por

pessoas, não é o tempo que a faz. Não mais podemos argumentar que o tempo cuidará de mudar mentalidades..., mas quanto tempo? Quantas gerações têm de passar? Se, por exemplo, olharmos as estatísticas relativas às carreiras académicas de homens e de mulheres apresentadas pelo relatório da Comissão Europeia, *She Figures 2012. Gender in Research and Innovation*¹⁵, constatamos as mesmas tendências de há uma década atrás e com perspectivas de difícil mudança: *The data currently available by age group are not sufficiently convincing to acknowledge the hypothesis of a spontaneous movement towards gender equality at the highest rank of a typical academic career* (p. 97).

Por isso é necessário atuar, questionando saberes, crenças e práticas pela experimentação de atividades que visam a integração da dimensão de género nas dinâmicas pedagógicas e organizativas das escolas, dar a conhecer novos conceitos, promover outro posicionamento epistemológico, e mesmo ontológico, para quem pretende desbravar este caminho. Se a formação inicial para a docência não cuida deste assunto de educação para a cidadania das novas gerações, pode e deve-se colmatar esta falha na formação continuada. Só assim parece ser possível realizar a mudança, quando docentes forem portadores/as de uma visão fluída e situacional sobre género e as relações de género ■

¹⁵ http://ec.europa.eu/research/science-society/document_library/pdf_06/she-figures-2012_en.pdf

Educação para a igualdade: um passo, outro passo

Teresa Joaquim, CEMRI – Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais, Universidade Aberta

«Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual»

No texto base da República Portuguesa, a Constituição, está explícito no n. 2 do seu Artigo 13º o princípio da igualdade referido em epígrafe e é nesse âmbito que se inscreve o trabalho na área da Educação para a Igualdade que tem vindo a ser desenvolvido desde a implementação da democracia em Portugal em 1974,



um trabalho pois continuado, persistente, transversal, teórico e prático, que pretendia, no âmbito duma sociedade democrática que deve ser plural, o esforço constante para que nela as discriminações antigas e novas sejam pouco a pouco atenuadas, eliminadas.

O trabalho da atual CIG e das suas antecessoras CCF e CIDM foi desenvolvido com instituições e parcerias diversas e gostaria de referir a já longa colaboração institucional com a Universidade Aberta através do seu Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI) na sequência de colaboração entre projetos, nomeadamente num de Formação Inicial de Docentes (IOFID) e a realização do Caderno SA-CAUSEF (Sistema de Avaliação, Certificação e Apoios à Utilização de Software Educativo e recursos digitais) sobre *Género e Recursos digitais* (RED), coordenado por Teresa Pinto e por mim própria e que foi realizado no âmbito de um protocolo de colaboração entre o CEMRI e a Direcção Geral de Desenvolvimento e Inovação Curricular do Ministério da Educação (DGDIC). Tem havido por isso ao longo dos anos uma estreita colaboração entre membros destas instituições e em particular com o Grupo de Investigação Estudos sobre as Mulheres, Género, Sociedades e Culturas: (<http://cemri.uab.pt/index.php/apresentacao/grupos-de-investigacao-2/estudos-sobre-as-mulheres-genero-sociedade-e-cultura/>)

Esta referência de carácter institucional pretende dar a ver um longo percurso de trabalho da CIG nesta área de Educação para a Igualdade nas vertentes diversas, a saber, materiais pedagógicos, formação de docentes, guiões de educação “género e cidadania” para os vários níveis escolares. Este trabalho que se iniciou no âmbito da CCF com a análise dos manuais escolares e permito-me referir, entre outros, os trabalhos de Ivone Leal e Isabel Romão e ainda lembrar, no percurso do feminismo português, os trabalhos de duas das autoras das *Novas Cartas Portuguesas* (1972), Maria Velho da Costa e Maria Isabel Barreno.

Trabalho que, pouco a pouco, foi evoluindo para análises cada vez mais finas dos materiais e dos recursos pedagógicos e julgo que o aprofundamento das mesmas está ligado de modo intrínseco ao percurso

de conceptualização teórica para o qual têm sido um contributo fundamental os Estudos sobre as Mulheres, de género e feministas. No entanto, poder-se-á afirmar que muitos manuais pedagógicos (e ainda filmes, brinquedos, livros infantis, etc, etc) continuam a não dar visibilidade e a não incluir outras visões e papéis desempenhados por mulheres no passado e na atualidade (de uma forma inteligente e não maniqueísta), resistindo às mudanças que subtilmente se vão operando e mantendo-se por exemplo em relação ao passado; mas do meu ponto de vista pode-se aplicar também ao conhecimento do presente produzido pelas Ciências Sociais e Humanas o que Teresa Pinto enuncia deste modo: “[...] a invisibilidade ou estereótipo de género decorre com frequência da inconsistência conceptual ou representações das sociedades passadas pouco consonantes com os resultados das investigações”.

É neste contexto que saúdo a edição dos *Guiões de Educação Género e Cidadania* para a educação pré-escolar e 1.º, 2.º e 3.º ciclo do ensino básico, publicados pela CIG em 2010, sublinhando alguns aspetos que os tornam materiais com um papel relevante neste percurso da Educação para a Igualdade, a saber, a qualidade dos textos, a organização interna dos documentos e das propostas pedagógicas, articulados a uma forma gráfica e visual que permitem uma utilização diversificada e criativa dos mesmos.

Estas afirmações sobre estes Guiões são sustentadas no acompanhamento do trabalho que tem sido realizado nas Oficinas de Formação ‘Género e Cidadania’ implementadas pela Direcção Geral de Educação em parceria com a CIG. Nesse sentido considero que estas Oficinas de Formação têm contribuído para a implementação dos projetos educativos, de comunidades educativas mais ativas e interligadas e também de processos de consciencialização tanto a nível das práticas pedagógicas como a nível pessoal d@s docentes, das famílias e das comunidades.

Para além disto, gostaria de mencionar ainda uma outra utilização e implementação destes Guiões no âmbito de uma ação de formação contínua de professor@s – *Género, Educação e Cidadania: conhecimento, emancipação e igualdade em contexto escolar*



– implementada no âmbito da Unidade de Aprendizagem ao Longo da Vida da Universidade Aberta e com participação de investigadoras do CEMRI em parceria com a CIG e em regime de *e-learning*. Esta ação abrangeu formand@s de todo o país, de todos os tipos de ensino, do pré-escolar ao ensino secundário; tendo a primeira leitura das fichas de auto-avaliação da mesma sido muito positivas. Esta ação de formação constitui um outro tipo de experiência cooperativa de modo deslocalizado e permite a troca e o intercâmbio de experiências e contextos sociais e pedagógicos diversos e também a partilha em simultâneo de uma massa diversificada de materiais e recursos. Experiência que trará certamente outro tipo de contributos a serem articulados com as ações de formação anteriores e em regime presencial que não podem deixar de estar interligadas com as questões que são sublinhadas e evidenciadas em relação aos recursos educativos digitais fundamentais no momento actual e na sociedade em que vivemos, tanto do ponto de vista tecnológico, como político e científico, no momento em que eles tomam um papel cada vez mais importante na prática pedagógica, no nosso quotidiano. (cf Caderno SACAUSEF:

<http://erte.dgidc.min-edu.pt/index.php?section=404&module=navigationmodule>).

Neste momento, e revendo as várias etapas deste percurso de modo sintético, julgo que seria útil que se

desse visibilidade ao imenso trabalho que foi realizado editando uma publicação (ver os tipos de suporte que poderiam ser utilizados!) que divulgasse os projetos mais interessantes, criativos, que foram desenvolvidos nas diversas formações pel@s formand@s dando a ver como, por exemplo, a partir de um tema, este foi desenvolvido de formas diversas, revelando muitas delas empenho, criatividade, propostas de projetos futuros e possibilitando assim um futuro mais justo. Para além disso, um outro modo de tornar visível, permanente e acessível de forma assíncrona seria a continuação do trabalho de formação em *regime online* em articulação (ou não) com regime presencial.

É tendo também atenção a estes momentos e às diversas experiências de formação, de crítica e de diálogos que, no caso (desejável) de elaboração de novas publicações e devendo ser mantida a qualidade gráfica das mesmas, deveria ser feito um reforço da interseccionalidade das questões de género com as de classe, etnicidade e também a inclusão de outros recursos que podem facilitar a implementação de projetos e de trabalho das comunidades educativas. Neste percurso que a CIG tem desenvolvido de forma continuada, atenta a novas perspectivas e temáticas e em colaboração com instituições de cariz diverso, estas novas publicações poderão constituir mais um passo neste caminho da Educação para a Igualdade ■

Trabalhar as Questões de Género desde a Educação Pré-Escolar

Maria João Cardona

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém, CIEC - Centro de Investigação em Estudos da Criança, Universidade do Minho; CEI - Centro de Estudos Internacionais, ISCTE; UIPPS.

A aprendizagem rígida e discriminatória dos papéis sociais atribuídos a mulheres e homens começa precocemente sendo já evidente na idade pré-escolar. Desde muito cedo as crianças apresentam ideias estereotipadas que se evidenciam a vários níveis, nomeadamente nas escolhas que fazem e nas suas narrativas.

“Os homens são camionistas e as mulheres estão em casa”, Menino de 3 anos

“Os meninos brincam na garagem e as meninas na cozinha”, Menina de 3 anos

“Os homens não passam a ferro e as mulheres não arranjam torneiras e não cortam lenha”, Menina de 4 anos



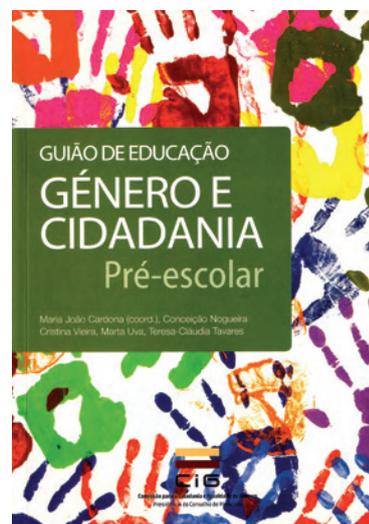
“O homem trabalha e a mulher toma conta de nós”, Menino de 3 anos

“Quando crescer não quero ser nada como a mãe” Menina de 3 anos

Na sequência do trabalho que realizamos a nível da formação de docentes da educação de infância e do ensino básico estas preocupações estão naturalmente presentes na nossa intervenção. Temos procurado desenvolver projetos que visem as dimensões de pesquisa, formação e construção de materiais procurando compreender como se pode trabalhar as questões de género e educação para a cidadania desde a infância. E esta intervenção começa na forma como a educadora, ou o educador, organiza a sua sala, na forma como escolhe os livros, nas atividades propostas, nas rotinas, no seu papel nas interações entre as crianças, nas interações adulto-criança, na interação com as famílias.

As educadoras e educadores, professoras e professores, na sua maioria não tiveram preparação para trabalhar as questões de género na sua prática pedagógica. Muitos estudos revelam que as interações com as crianças são muitas vezes pautadas por diferentes expectativas em relação aos rapazes e às raparigas sem que as docentes e os docentes tenham uma clara consciência desta diferenciação.

Perante esta realidade são várias as questões que condicionam o trabalho desenvolvido nas instituições educativas que recebem crianças pequenas. Na análise destas questões é importante começar por considerar a conceção de infância que continua a predominar, que muitas vezes implica uma atitude excessivamente protetora que impede o reconhecimento das crianças pequenas como cidadãos, o que implica o desenvolvimento de práticas educativas excessivamente desligadas das questões sociais do quotidiano. Num projeto de cidadania é necessário que as crianças sejam consideradas como atores sociais competentes, sendo valorizada a sua ação e a sua voz, independentemente das suas diferenças (Natália Soares e Catarina Tomás, 2003 : 137)¹⁶. As dificuldades que levam a uma não intervenção das educadoras e educadores perante as questões de género muitas vezes



relacionam-se com o receio de confrontar as crianças com modelos familiares diferentes, a par da falta de um distanciamento que possibilite uma análise crítica das suas práticas educativas.

A área curricular da Formação Pessoal e Social e da Formação Cívica, previstas nas Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar e no Programa do 1º ciclo do Ensino Básico não são fáceis de trabalhar, nem sempre sendo alvo de uma verdadeira intencionalidade educativa nos projetos pedagógicos, predominando lógicas de ação pouco diferenciadoras que condicionam o papel que as instituições podem assumir como espaços de cidadania.

Para dar resposta a estas preocupações foi com grande agrado que acolhemos o desafio da CIG de apoiar a organização dos guiões de educação: *Género e Cidadania na Educação Pré-escolar*¹⁷ e *Género e Cidadania no 1º Ciclo do Ensino Básico*¹⁸, publicações que atualmente têm estado a ser disseminadas a nível nacional.

Estes guiões foram construídos com base na recolha de testemunhos de docentes, testemunhos de crianças e observações realizadas em escolas e jardins de infância. Subjacente à organização destas publicações esteve a finalidade de promover uma atitude mais ativa e crítica relativamente às questões de género, por parte de educadoras e educadores de infância e pro-

¹⁶ SOARES, Natália; TOMAS, Catarina [2003] Da emergência da participação à necessidade de consolidação da cidadania da infância...os intrincados trilhos da acção, da participação e do protagonismo social e político das crianças In: SARMENTO, M. J.; CERISARA, A. B. (org.) *Crianças e miúdos. Perspectivas sociopedagógicas da infância e educação*. Porto: Ed. ASA, 2003. p.135-163

¹⁷ CARDONA, Mª João (coord.); VIEIRA, Cristina; TAVARES, Teresa-Cláudia; UVA, Marta; NOGUEIRA, Conceição (2010). *Guião de Educação Género e Cidadania: Pré-Escolar*. Lisboa: CIG (www.cig.gov.pt/guiaoeducacao/).

¹⁸ CARDONA, Mª João (coord.); VIEIRA, Cristina; TAVARES, Teresa-Cláudia; PISCALHO, Isabel; UVA, Marta; NOGUEIRA, Conceição (2011). *Guião de Educação Género e Cidadania: 1º Ciclo do Ensino Básico*. Lisboa: CIG (www.cig.gov.pt/guiaoeducacao/).



fessores e professoras do 1º ciclo do ensino básico, nas suas práticas de trabalho. Neste sentido é apresentado um conjunto de (possíveis) respostas para uma abordagem pedagógica das questões de género, começando pela organização do ambiente educativo e com vários exemplos de atividades, a par de grelhas de análise para uma (auto)avaliação do trabalho e para a escuta e observação das crianças. É também de sublinhar o grande peso que é dado à Filosofia para crianças, nos dois Guiões, sobretudo no do 1º ciclo do Ensino Básico, uma metodologia que nos pareceu adequada pelo questionamento que motiva, levando ao desenvolvimento de uma atitude crítica das crianças.

Nas várias situações apresentadas houve sempre a preocupação de diferenciar: as que implicam a intervenção da educadora/educador, ou da professora/professor, perante situações que naturalmente surgem no quotidiano da classe e aquelas que implicam uma intervenção intencional, partindo de uma planificação prévia. Esta diferenciação foi feita tendo em conta a necessidade de reforçar a ideia de que as questões de género e de educação para a cidadania não podem restringir-se ao que acontece no dia a dia. Como áreas transversais do currículo, muitas vezes acabam por ficar esquecidas sem ser alvo de uma atenção específica. Neste contexto, a necessidade destas atividades serem previamente planificadas e fazerem parte integrante do projeto pedagógico da educação de infância

e do 1º ciclo do ensino básico foi uma das nossas principais preocupações. No entanto os vários exemplos apresentados são apenas sugestões, que funcionam como ponto de partida para o desenvolvimento de outras atividades e projetos.

Na fase de disseminação dos guiões, ainda a decorrer, o trabalho de formação com dezenas de educadoras e educadores, professoras e professores, tem motivado o desenvolvimento de outras situações e a construção de outros materiais cuja divulgação vai fornecer novos contributos para o trabalho das questões de género no jardim de infância e na escola. Esta formação tem possibilitado um melhor conhecimento e compreensão dos receios, dificuldades e dilemas sentidos pelos profissionais e pelas profissionais nas suas práticas educativas.

Dando continuidade ao que tem vindo a ser feito salvaguardamos que esta componente de formação e construção de materiais só faz sentido quando integrada numa linha de investigação que apoie o seu desenvolvimento e fundamentação. A produção de saberes sobre a forma como as questões de género podem ser trabalhadas desde a educação de infância é um domínio complexo que necessita ser trabalhado de forma mais sistematizada desde a formação inicial ■

Género e Cidadania na Educação Um percurso de formação partilhado

Ana Maria Pessoa / Carla Cibele Figueiredo / Isabel Henrique de Jesus
Escola Superior de Educação Instituto Politécnico de Setúbal.

A Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal dinamizou, em finais de 2013, uma oficina de formação intitulada “género e cidadania na educação” destinada a educadores/as e professores/as do ensino básico e do ensino secundário do Concelho do Seixal. Pretende-se, neste texto, dar testemunho da experiência, evidenciando alguns fatores que terão contribuído para a construção de um clima positivo e para a consecução dos objetivos propostos, de que a aprendizagem dos/as formandos/as é condição primordial. As impressões registadas aquando da avaliação da formação permitem identificar o reco-

hecimento de uma maior sensibilidade para as questões de género, quer exemplificadas nos trabalhos concretos realizados com as crianças/jovens, quer na assunção de uma dimensão pessoal, surgindo por vezes como uma descoberta e, por outras, como um processo visando a consolidação de uma consciência de género.

Cumprindo um requisito muito claro, desde o primeiro momento aceite pela equipa formadora, o referencial de formação assentou nos guiões publicados pela GIG em 2010 *Educação Género e Cidadania*, pretendendo-



se desenvolver com as/os formandas/os um percurso de formação em que as dimensões de género e de cidadania se inscrevessem nas práticas educativas na sala de aula mas também nas dinâmicas organizacionais das escolas.

A ideia era, em si mesma, aliciante, mas a realidade ultrapassou o que poderia cingir-se à secura dos objetivos. O entusiasmo, a organização e o acolhimento da Câmara Municipal do Seixal, juntamente com o conhecimento da rede e a mobilização dos professores, em muito contribuíram para um trabalho em parceria com forte articulação entre os intervenientes.

Escolhida a modalidade “oficina de formação” os/as formandos/as integraram um conjunto de sessões presenciais onde, a par dos conceitos teóricos sobre as temáticas em causa, prepararam as atividades [tendo os guiões da CIG como modelo ou inspiração] que autonomamente realizaram com o seu grupo de crianças, na sala de aula ou na escola. O facto de muitas/os formandas/os lecionarem na mesma escola ou agrupamento permitiu, em muitos casos, a preparação conjunta de atividades, a discussão dos processos e dos resultados, conduzindo a algum impacto na dinâmica da escola/agrupamento: exposição de trabalhos realizados com as crianças/jovens, intervenção das famílias, criação de sinergias entre docentes.

A apresentação final dos resultados numa sessão promovida pela Câmara Municipal do Seixal onde, a par da troca de experiências ocorridas na oficina de formação, se proporcionou um conjunto de conferências subordinadas a temáticas da formação, enriqueceu, quer no plano teórico, quer no do exercício da profissão, todos/as que estiveram envolvido/as na dinâmica desta oficina de formação.

A supervisão [presencial ou a distância] do trabalho autónomo foi realizada pela equipa de formadoras da instituição de ensino superior que comentaram as

propostas e as validaram quando as mesmas estavam em condições de aplicação prática.

Em jeito de síntese e partindo da reflexão produzida em diversos momentos com os restantes intervenientes no processo de formação, destacam-se alguns aspectos que nos merecem particular relevância:

- O impacto da formação nas práticas dos/as professores/as, sensibilizando para as temáticas de género e fornecendo instrumentos [alguns dos quais experimentados durante a formação] para o trabalho concreto com as crianças/jovens;
- O impacto da formação nas vivências dos/as professores/as e na sua consciência de género [a dimensão pessoal cruzando com a dimensão profissional];
- O impacto da formação nas organizações educativas [através do trabalho interdisciplinar realizado devido à possibilidade de grupos de escola/agrupamento frequentarem a oficina de formação];
- A colaboração institucional, partilhando responsabilidades e recursos [CIG/DGIDC através dos guiões; CMSeixal disponibilizando apoio técnico, logístico e de envolvimento no processo de formação e, instituição de ensino superior (ESE/IPS) através da responsabilidade técnico/científica da oficina de formação].

A dinâmica criada por esta oficina de formação e a convicção da necessidade de a alargar a outros/as docentes e de aprofundar as aprendizagens realizadas por alguns/mas que a frequentaram, perspetivam novos percursos de formação. Assim, em conjunto com a CIG e envolvendo Municípios, prevemos o alargamento, no próximo ano letivo, da oficina de formação, assim como a introdução de um dispositivo de investigação/ação/formação que permitirá, a quem frequentou a oficina de formação, envolver-se num processo de pesquisa nas suas escolas ■



Caminhos para a Igualdade de gênero: um percurso na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre enquadrado na assinatura de um protocolo com a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género

Amélia de Jesus Marchão, Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Portalegre.

No ano de 2013, mais precisamente a 9 de abril, a Comissão para Cidadania e Igualdade de Género (CIG) e a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre (ESE/IPP) assinaram um protocolo de cooperação, comprometendo-se na disseminação de boas práticas de cidadania e de igualdade de género e de formação e de investigação desta temática no âmbito da educação e da sociedade em geral.

A ESE/IPP, instituição de formação inicial, contínua e especializada (conferente e não conferente de grau académico), assumiu este protocolo no âmbito da sua responsabilidade enquanto instituição formadora que responde aos desafios sociais e à exigência contínua de melhorar a qualidade da formação que desenvolve, apoiada numa estreita cooperação com a CIG, em particular nas áreas da educação/formação.

Nesse sentido, e desde a data da assinatura do protocolo, esta estreita cooperação tem vindo a ser plasmada em atividades formativas e de investigação formais e em atividades formativas não formais, que consideramos também fundamentais no âmbito das atividades da ESE/IPP enquanto instituição de ensino superior e das suas amplas responsabilidades para com a sua comunidade académica e a comunidade mais alargada.

No quadro dessas atividades destacamos, fundamentalmente, e em concomitância, três dinâmicas de formação e de investigação que passamos a expor:

a) Ao nível da formação inicial/profissionalizante (mestrado em educação pré-escolar) e ao nível da formação especializada conferente de grau (mestrado em educação e proteção de crianças e jovens em risco). Neste nível têm vindo a assumir-se dois tipos de intervenção – (1) a ênfase na educação para a cidadania e, especificamente da igualdade de género numa perspetiva de igualdade de oportunidades, trabalho desenvolvido em

diferentes unidades curriculares, e em particular em unidades curriculares de prática e ensino supervisionada, sendo as estudantes orientadas para o desenvolvimento da ação educativa em contextos de educação de infância que prime pelo lema das questões anteriormente identificadas na ação com as crianças mais novas em (2) associação com uma componente de investigação aplicada que tem levado ao levantamento das conceções das crianças, das profissionais de educação de infância e das/dos professores do 1.º ciclo do ensino básico e das famílias das crianças sobre o género e a igualdade de género na sociedade portuguesa. Esta associação (formação/investigação aplicada) tem sido determinante para gizar a ação das estudantes em contextos de docência orientada e como veículo de disseminação da discussão, reflexão e ação das/dos profissionais envolvidos nos estudos, das famílias e dos/as docentes da ESEP. Tem igualmente servido para a divulgação do *Guião de Educação Género e Cidadania: Pré-escolar* e contribuído para a divulgação do estudo das conceções de género emergentes nas crianças mais novas através de comunicações apresentadas em seminários e congressos científicos e em artigos e capítulos de livros na área da educação.

b) Ao nível da formação contínua de educadoras de infância e de professoras do ensino básico e secundário. Neste nível a ESEP desenvolveu, em colaboração com a CIG, uma oficina de formação acreditada pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua, intitulada “Currículo na educação básica e contributos para a formação global do/a aluno/a: construção da identidade de género e cidadania” que foi frequentada por profissionais em exercício nos concelhos de Portalegre, Avis, Cabeço de Vide, Elvas, Estremoz, Fronteira, Ponte de Sor, Vila Viçosa e Sousel. Da



análise e avaliação dessa oficina foi importante perceber a utilidade da formação considerada ao nível da atualização e do aprofundamento de conhecimentos entendida como 'boa/muito boa' pelas formandas e como 'muito boa' no aperfeiçoamento da prática pedagógica e no incentivo à autoformação e inovação pedagógica bem como na dinâmica de intervenção na comunidade educativa e no fomento da relação escola/meio. Ainda decorrente desse processo de avaliação constata-se uma avaliação global de 'bom', considerando que a oficina de formação permitiu refletir sobre questões que se revelaram pertinentes e despertando para uma problemática social e educativa que por vezes é "descuidada" no contexto da educação pré-escolar ou da escola básica e secundária e que a partilha de experiências entre as diferentes profissionais foi fundamental para aprofundar conhecimentos e reconstruir a prática pedagógica, vocacionando-a conscientemente para a identidade e igualdade de género. De notar também a divulgação dos Guiões de Educação para a educação pré-escolar e para os diferentes níveis de ensino e da excelente documentação disponibilizada pela CIG às formandas, formadoras e formador.

c) Associada e transversal aos dois níveis anteriores, identificamos a criação de uma linha de investigação no NESEIS da C3i (Núcleo de Estudos para a Intervenção Social, Educação e Saúde – Coordenação Interdisciplinar para a Investigação e Inovação) do Instituto Politécnico de Portalegre que, embora embrionária, já conta com o desenvolvimento de projetos de investigação (aplicada/orientada e desenvolvida no âmbito dos mestrados antes mencionados) que têm favorecido o conhecimento na área da cidadania e da igualdade de oportunidades de género e que se quer ver reforçado com o desenvolvimento de um projeto mais alargado de investigação na educação básica e do projeto ENED (Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento) já em curso. Até ao presente já foram concluídas quatro investigações académicas (dissertações de mestrado) e estão em curso mais três. Resultado desta dinâmica de investigação orientada, foram apresentadas cinco comunicações, com um texto publicado em Ebook do II Seminário de I&DT da C3i (em 2013), dois textos publicados no formato capítulo de livro

(um em Ebook do Seminário Comemorativo dos 40 anos de abril de 1974/ESEP e um em livro internacional/coordenado por José Maria Hernández Díaz (2014) - Ediciones FahrenHouse). No prelo está ainda um outro capítulo de livro na área da Educação a publicar ainda em 2014, duas comunicações com respetivas publicações em atas do XII Congresso de Ciências da Educação a realizar em setembro de 2014 e duas comunicações e respetivas publicações em Ebook a apresentar no IV Seminário de I&DT: Cooperar para Inovar da C3i do Instituto Politécnico de Portalegre a realizar em Novembro de 2014.

Na sua missão institucional, enquadrada num sistema interno de gestão de qualidade e de responsabilidade social, a ESE/IPP visa continuar a promoção, discussão, reflexão e sequente mobilização para a necessidade de incluir de modo explícito na gestão dos currículos da educação e do ensino básico e secundário a temática da cidadania e da igualdade de oportunidades de género, a partir dos níveis de intervenção antes enunciados (formação inicial/profissionalizante, especializada/conferente de grau, contínua/não conferente de grau e linha de investigação), construindo conhecimento e visando a sensibilização e disseminação de práticas precoces de educação inclusiva, de cidadania e, sobretudo vocacionadas para a igualdade de oportunidades de género.

Visamos alcançar com as/os nossos/as formandos/as, e com a nossa comunidade académica em geral, a missão de intervir precocemente na educação das crianças, contribuindo para a construção positiva da identidade de género assumida em papéis não discriminatórios de género e para cumprir tal missão estaremos atentos à necessidade de continuar a construir e divulgar o conhecimento favorecedor da consciencialização e inovação das práticas educativas/formativas que sejam socialmente mais justas e equilibradas e assertivas do ponto de vista do desenvolvimento pessoal e social dos cidadãos e das cidadãs.

O desenvolvimento de tal compromisso configura-se mais reforçado através da cooperação com a Comissão para Cidadania e Igualdade de Género (CIG) que estamos disponíveis para continuar ■

Uma mensagem.



CPLP

**CONTRA A
VIOLÊNCIA
EU DOU
A CARA**

DIGA NÃO

A TODAS AS FORMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES.

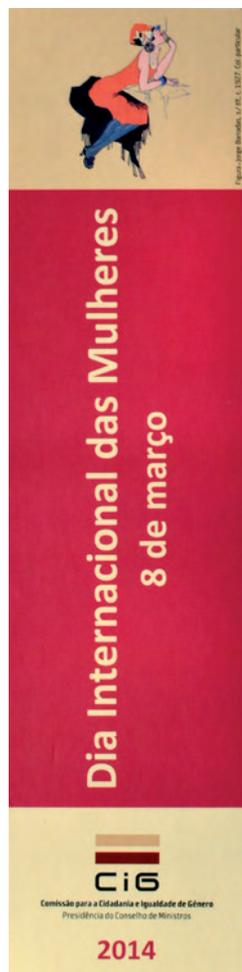
Junte-se a este movimento em:

www.naoviolencontraasmulheres.cplp.org

8 de março, Dia Internacional das Mulheres

“Sob o Signo da Memória” foi o título que a CIG elegeu, este ano, para assinalar o dia 8 de Março, consagrado, desde a década de 60 do século XX, como o dia comemorativo das mulheres, numa sessão, completamente lotada, no Auditório da Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa.

Em todo o mundo, este dia simboliza a vontade em atingir a igualdade entre mulheres e homens a todos os níveis da vida cívica, política, social e cultural e económica, aspiração que encontra nos acontecimentos com que nos confrontamos diariamente, reveladores do persistente desequilíbrio entre sexos, a razão de ser da sua permanência no tempo.



Este ano evocado a 7 de março, a cerimónia teve início com as intervenções de Maria Inês Cordeiro, Diretora da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP); de Fátima Duarte, Presidente da CIG e de Mafalda Troncho, Diretora do Escritório da OIT em Lisboa.

Esta sessão contou com o lançamento da publicação *Feminae – Dicionário Contemporâneo* da responsabilidade do *Centro Faces de Eva, Estudos sobre a Mulher* com edição da CIG e direção de João Esteves e Zília Osório de Castro, que a apresentaram. Esta obra está disponível para consulta no Portal online do Centro de Informação e Documentação - (www.cid.cig.gov.pt.)

A sessão contou, ainda, com as intervenções “Relações Portugal-OIT: promoção do estatuto das mulheres” de Albertina Jordão, Gestora de Programas do Escritório da OIT em Lisboa e “40 anos de igualdade (e de desigualdades) de género no trabalho e nas empresas” de Rosário Palma Ramalho, Professora de Direito do Trabalho na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Teresa Almeida, vice-presidente da CIG, procedeu ao encerramento da sessão ■



A manutenção, desde 1975, de um Centro de Documentação /Biblioteca especializada na área de Estudos sobre as Mulheres e Estudos de Género, com o objetivo de apoiar todos os setores de atividade da CCF/ CIDM / CIG, bem como todos/as que se interessam e investigam nesta área constitui um traço distintivo da ação desta Comissão enquanto mecanismo nacional para a igualdade.

No último semestre de 2013, no âmbito do Plano de

Modernização do Sistema de Informação da CIG em curso, procedeu-se à substituição do *software* que suportava o catálogo *online* da Biblioteca por um moderno e robusto sistema integrado de gestão de informação, o qual possibilitou o desenvolvimento de áreas colaterais como a informatização da gestão do stock editorial e a criação da Biblioteca Digital e do Arquivo Histórico Digital da CIG.

Esta mudança de base tecnológica foi implementada

em estreita articulação com a operacionalização do conceito integrador de **CID – Centro de Informação e Documentação da CIG**: uma estrutura de informação multifacetada que coloca à disposição de investigadores/es, estudantes, formadoras/es, docentes e outras/os profissionais especializadas/os e da população em geral um conjunto amplo de recursos e serviços especializados de informação e documentação nas áreas da cidadania, igualdade de género, violência doméstica e de género e tráfico de seres humanos:

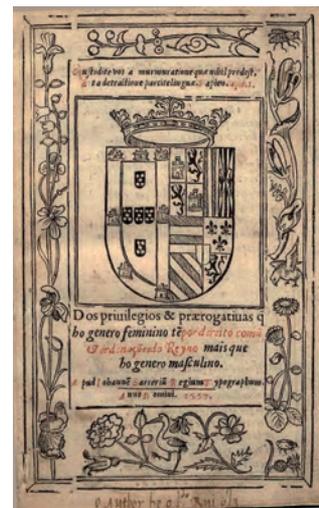
- Atendimento personalizado, presencial e à distância (por e-mail e telefone)
- Publicações, bem como folhetos e outros materiais informativos, formativos e de sensibilização (em formato impresso e eletrónico) editados pela CIG, disponibilizados gratuitamente (**Catálogo de Publicações** disponível através do Portal do CID: (<http://cid.cig.gov.pt/>)
- Catálogo online CID (<http://cid.cig.gov.pt/Nyron/Library/Catalog/winlib.aspx>)
- Biblioteca especializada (mais de 9.700 títulos de monografias e publicações periódicas, acessíveis presencialmente e *online*)
- Coleções especiais: **Reservados** (monografias e publicações periódicas relevantes para os Estudos sobre as Mulheres e a Igualdade de Género, do séc. XVI a início do séc. XX), **Recortes de imprensa** (sobre as temáticas da esfera da igualdade e violência de género, referentes ao período de 1999 a 2005) e **Publicações CCF/CIDM/CIG** (mo-

nografias, brochuras e outros materiais editados pela Comissão desde a sua origem).

- Biblioteca Digital (disponível através do Portal do CID: (<http://cid.cig.gov.pt/>)
- Arquivo Histórico Digital (acessível através do Portal do CID: (<http://cid.cig.gov.pt/>)

Se ainda não é um/a utilizador/a CID, contacte-nos (por e-mail: cig@cid.cig.gov.pt ou telefone: 21 978 30 00 ou visite-nos!

(Av. da República, 32, 1º, 1050-193 Lisboa)



Dos privilegios & praerogativas que o genero feminino te por direito comum & ordenações do Reyno mais que ho genero masculino, de Rui Gonçalves.

Publicada em 1557, esta é a obra mais antiga da coleção de Reservados da CIG.

Planos Nacionais 2014-2017

Enquanto serviço que tem por missão garantir a execução das políticas públicas no âmbito da cidadania e da promoção e defesa da igualdade de género e de combate à violência doméstica e de género e ao tráfico de seres humanos, a CIG permanece como entidade coordenadora do V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e não Discriminação (V PNI), do V Plano Nacional para a Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (V PNPCVDVG) e do III Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos (III PNPCTSH). Todos os Planos têm vigência de 2014-

2017 e preveem um reforço de articulação com ONG, que apoiam a entidade coordenadora na execução dos mesmos.

O V PNI é o instrumento de execução das políticas públicas, que visam a promoção da igualdade de género e o combate às discriminações em função do sexo, da orientação sexual e da Identidade de Género. Inclui uma forte componente de transversalização da perspetiva da igualdade de género em todos os ministérios que devem, assim, continuar a integrar esta perspe-

tiva no planeamento das suas atividades com implicações relevantes para a igualdade entre mulheres e homens.

O V PNPCVDVG destaca-se pela sua relevância e atualidade, acompanhando os instrumentos internacionais, nesta sede, nomeadamente a *Convenção do Conselho da Europa para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e a violência doméstica* (Convenção de Istambul), que Portugal foi o primeiro país da União Europeia a ratificar. Assenta nos pressupostos da Convenção, alargando o seu âmbito de aplicação, até aqui circunscrito à violência doméstica, a outros tipos de violência de género. O III Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina passa a fazer parte integrante do V PNPCVDVG.

Outras das áreas de intervenção da CIG é o Tráfico de Seres Humanos, através da coordenação do III PNPCTSH. O tráfico de seres humanos constitui claramente uma das formas mais graves de violação dos direitos humanos, que não conhece fronteiras e que se alimenta de diversas vulnerabilidades e fragilidades. Segundo dados da ONU, o tráfico de seres humanos, por ano, gera cerca de 24 mil milhões de euros para as redes de criminalidade organizada e mais de 2,4 milhões de vítimas.



Estes Planos Nacionais, que podem ser consultados no sítio da CIG <http://www.cig.gov.pt/>, foram já alvo de uma edição, em língua portuguesa e inglesa, em formato eletrónico (CD com folheto) encontrando-se o processo de edição em formato impresso na sua fase final.

III PPEMFGF entra em vigor

Entrou em vigor, no início do presente ano, o III Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina 2014-2017.

Este instrumento nacional de combate à Mutilação Genital Feminina (MGF) deixou de estar inscrito no PNI, passando a fazer parte integrante do V PNPCVDVG, uma opção que sublinha esta prática tradicional como uma das múltiplas formas de violência de género existentes à escala global, facto esse que se encontra expressamente evidenciado na *Convenção do Conselho da Europa para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e a violência doméstica*, adotada em Istambul a 11 de Maio de 2011 e ratificada pelo Estado português em 5 de fevereiro de 2013.

O III Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da Mutilação Genital Feminina (III PPEMFGF), prevê, sendo essa uma das suas principais marcas distintivas relativamente aos programas de ação precedentes, uma maior implicação das comunidades onde a MGF se pratica na planificação e na execução das medidas nele inscritas, o que desde logo encontra tradução na inclusão de três associações de imigrantes, no grupo de trabalho responsável pela sua implementação.

O III PPEMFGF foi apresentado oficialmente em fevereiro, por ocasião do Dia Internacional de Tolerância Zero à MGF (6 fev.), numa sessão de carácter formativo que teve lugar no Hospital Dr. Fernando Fonseca (Amadora-Sintra), dirigida particularmente a profissionais de saúde. O evento teve como conferência de enquadramento uma intervenção intitulada "Saúde – Conduta e Resposta nas Comunidades", dinamizada

por Lisa Vicente, Chefe da Divisão de Saúde Reprodutiva da Direção Geral de Saúde, Médica Ginecologista e Obstetra e representante da Direção Geral de Saúde (DGS) no grupo de trabalho de apoio à execução do PAPEMGF. A sessão contou ainda com a apresentação de um projeto implementado naquele equipamento de saúde por duas das suas profissionais, na sequência do curso de pós-graduação “Saúde da Mulher – A Mutilação Genital Feminina” que frequentaram na Escola Superior de Enfermagem de Lisboa (ESEL) e no qual participaram cerca de 28 médicos/as e enfer-

meiros/as que exercem a sua atividade em equipamentos de saúde nas áreas geográficas consideradas de maior risco na área geográfica da Grande Lisboa. Esta iniciativa conjunta da CIG, DGS, APF e ESEL resultou pois, em múltiplos projetos de intervenção em diversos equipamentos de saúde, assumindo os seus protagonistas o papel de *focal points* locais junto da Direção-Geral de Saúde, contribuindo assim para a execução de algumas das mais estruturais medidas do Programa de Ação.

A Convenção de Istambul no Ordenamento Jurídico Português

Enquanto organização para a proteção dos direitos humanos na Europa, o Conselho da Europa tem implementado, desde 1990, uma série de iniciativas destinadas a promover a proteção das mulheres contra a violência. De salientar, em particular, a adoção, em 2002, da Recomendação do Comité de Ministros do Conselho da Europa Rec (2002) 5 aos Estados-Membros relativa à proteção das mulheres contra a violência e, entre 2006 e 2008, a campanha europeia para combater a violência contra as mulheres, incluindo a violência doméstica. A Assembleia Parlamentar também tomou uma posição política firme contra todas as formas de violência contra as mulheres. Adotou uma série de resoluções e recomendações, apelando à adoção de padrões legalmente vinculativos na prevenção, proteção e repressão das mais graves formas de violência de género.

Relatórios, estudos e pesquisas realizados a nível nacional revelaram a dimensão do problema no continente europeu¹. A campanha, em particular, mostrou como são diferentes as respostas nacionais no combate a este fenómeno. Impõe-se, portanto, a harmonização das normas jurídicas para que as vítimas possam beneficiar do mesmo nível de proteção em toda a Europa. A vontade política para agir surgiu da vontade



dos/das Ministros/as da Justiça dos Estados-membros do Conselho da Europa, dando início ao debate em torno da necessidade de reforçar a proteção contra a violência doméstica, em particular em contextos de relações de intimidade.

Assumindo o seu papel de liderança na proteção dos direitos humanos, o Conselho da Europa decidiu estabelecer normas gerais para prevenir e combater a violência contra as mulheres e a violência doméstica. Em dezembro de 2008, o Comité de Ministros criou um grupo de peritos/as para preparar um projeto de Convenção sobre a questão, o CAHVIO (Comité *ad-hoc* para prevenir e combater a violência contra as mulheres e a violência doméstica). Este grupo preparou o projeto de texto, tendo-o finalizado em dezembro de 2010.

¹⁹ A Agência para os Direitos Fundamentais (FRA) da EU divulgou, em 5 de Março deste ano, os resultados de um inquérito, realizado nos 28 EM, sobre violência contra as mulheres: 8% tinham sido vítimas de violência física e/ou sexual, nos 12 meses anteriores à entrevista do inquérito, e uma (1) em cada três (3) tinha sido vítima de algum tipo de agressão física ou sexual, desde a idade dos 15 anos Violence against women: an EU-wide survey. Results at a glance. (Luxembourg), FRA, [2014], pag. 9 (disponível em www.cig.gov.pt Notícias).

A *Convenção sobre a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e a violência Doméstica*, ou Convenção de Istambul, foi adotada pelo Comité de Ministros do Conselho da Europa em 7 de abril de 2011, e aberta para assinatura em 11 de maio de 2011, por ocasião da 121.ª Sessão do Comité de Ministros, que se realizou em Istambul. A Convenção de Istambul entrará em vigor no dia 1 de agosto de 2014, tendo já reunido o número de ratificações necessárias para o efeito.

Em Portugal, a Convenção foi aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 4/2013, de 14 de dezembro de 2012, e ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 13/2013, ambos publicados no Diário da República, I série, n.º 14, de 21 de janeiro de 2013.

A Convenção de Istambul constitui, de forma inequívoca, um tratado-normativo e multilateral e o seu confronto com o direito ordinário nacional implica, essencialmente, que se pondere se a aprovação daquela exige alterações da legislação portuguesa, por força do princípio do primado do Direito Internacional Convencional. Esta Convenção cria um quadro jurídico a nível pan-europeu, que visa proteger as mulheres contra todas as formas de violência e evitar, criminalizar e eliminar a violência contra as mulheres e a violência doméstica.

No direito interno, a matéria da violência contra as mulheres não dispõe de diploma específico, o mesmo não sucedendo com a violência doméstica, a qual não só se encontra tipificada como crime autónomo, nos termos do artigo 152.º do Código Penal, como, por via da Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, se estabelece um regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas.²⁰

A par disto, os Planos Nacionais contra a violência doméstica têm sido instrumentos atuantes na mudança de mentalidades, tentando transpor o desfasamento

entre a lei e a vida quotidiana.

Naturalmente que o Código Penal, em algumas das suas secções, já enquadra muitos dos comportamentos abrangidos pela Convenção de Istambul, como são exemplos os crimes de ofensa à integridade física simples (art.º 143º), ofensa à integridade física grave (art.º 144.º), violência doméstica (art.152.º), maus tratos (art.º 152.º-A), coação sexual (art.º 163º) ou violação (art.º 164º), já para não falar nos crimes de homicídio (art.º 131º) ou homicídio qualificado [alíneas a) e principalmente b) do n.º 2 do art.º 132º].

Porém, outros comportamentos existem que, de acordo com os objetivos da Convenção de Istambul, ainda não se encontram tipificados, de forma plena, no nosso ordenamento jurídico português, como são o caso do previsto no artigo 34.º (Perseguição) ou no artigo 38.º (Mutilação Genital Feminina), ambos da Convenção de Istambul. Efetivamente, até ao presente momento, e no que concerne à “Perseguição”, a criminalização dos comportamentos de quem intencionalmente ameça repetidamente outra pessoa, levando-a a temer pela sua segurança, têm sido integrados, por alguma jurisprudência nacional, no âmbito do crime previsto e punido no artigo 153.º (Ameaça) em conjugação, em alguns casos, com outros crimes previstos no Código Penal, designadamente crimes contra a reserva da vida privada, como são o caso do artigo 190.º (Violação de domicílio ou perturbação da vida privada) e do artigo 192.º (Devassa da vida privada) ou, ainda, crimes contra outros bens jurídicos pessoais, como é o caso do artigo 199.º (Gravações e fotografias ilícitas).

Todavia, e de acordo com a teleologia do artigo 34.º da Convenção de Istambul, afigura-se que o que se pretende é uma criminalização autónoma, com desnecessidade de recurso a um concurso de normas incriminatórias, cuja conjugação pode não beneficiar do mesmo entendimento em todo o aparelho judiciário, havendo, por conseguinte, vantagens na opção por uma tipificação autónoma, e cuja clareza e uniformidade redundará em benefício da segurança jurídica da aplicação da norma em situações futuras.²¹

²⁰Outros diplomas complementam a sede geral de prevenção da violência doméstica e de proteção e assistência das suas vítimas, que a Lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro, constitui, referindo-se aqui, sem pretensões de exaustão, a Lei n.º 104/2009, de 14 de Setembro, que institui o regime de concessão de indemnização às vítimas de crimes violentos, e o Decreto Regulamentar n.º 1/2006, de 25 de Janeiro, regula as condições de organização, funcionamento e fiscalização das casas de abrigo previstas na Lei n.º 107/99, de 3 de Agosto, e no Decreto-Lei n.º 323/2000, de 19 de Dezembro, e que integram a rede pública de casas de apoio a mulheres vítimas de violência.

²¹Veja-se, neste sentido o Explanatory Report do Conselho da Europa (n.º 182), relativamente ao artigo 34.º da Convenção de Istambul.

Efetivamente, o que se pretende prever e criminalizar é uma forma particular de violência relacional, a qual pode ser definida como um padrão de comportamento de assédio persistente, que se traduz em formas diversas de comunicação, contacto, vigilância e monitorização de uma pessoa alvo. Estes comportamentos podem consistir em ações rotineiras e aparentemente inofensivas ou em ações inequivocamente intimidatórias, que, pela sua persistência e contexto de ocorrência, se constituem como uma verdadeira campanha de assédio que, muitas vezes, afeta significativamente o bem-estar da vítima.

É, precisamente, por esta razão que a transposição do previsto no artigo 34.º da Convenção de Istambul para o ordenamento jurídico português se deve consolidar com a autonomização de um novo tipo legal de crime com a designação de crime de “Perseguição”, sendo “Stalking” um termo estrangeiro que, enquanto tal, e mesmo beneficiando de consolidação em termos concretuais, não será de aplicar num diploma legal interno.

De igual modo, até ao presente momento, e no que concerne às práticas de Mutilação Genital Feminina, a criminalização de tais comportamentos tem sido enquadrada no tipo legal de crime previsto e punido no artigo 144.º do Código Penal com a epígrafe “Ofensa à integridade física grave”.

Porém, tal enquadramento, num plano teórico, fica aquém do que se pretende proteger com a criminalização destas práticas. A previsão deste tipo de atos ou comportamentos como portadores de uma ilicitude a ser penalizada autonomamente decorre, designadamente do previsto no artigo 38.º da Convenção de Istambul. Aspetos importantes deverão ser considerados na autonomização deste tipo legal de crime, tais como a respetiva sistematização e moldura penal, determinação dos seus autores e meios utilizados, (des) necessidade do consentimento da vítima e natureza do crime.

Acolhimento e Transporte Seguro de Vítimas de Violência Doméstica

O abandono da residência, após um historial (mais ou menos longo) de vitimação, constitui uma das decisões mais difíceis e fraturantes na vida de uma vítima de violência doméstica. Quando esta saída de casa ocorre numa situação de alto risco – ou seja, quando se avalia que a sua permanência coloca em perigo a sua vida e/ou a dos filhos/as – o acolhimento institucional pode ser a resposta que, pelo menos no imediato, assegura a sua proteção.

Este acolhimento – de emergência (por exemplo, na sequência da intervenção das Forças de Segurança) ou planeado (normalmente com intermediação de uma estrutura de atendimento a vítimas) – deverá fazer-se na Rede Nacional de Casas de Abrigo (37 casas, no total, em todo o país) ou noutras estruturas de acolhimento de emergência, especialmente vocacionadas para responder a esta problemática.

Um dos constrangimentos que sempre se colocou a

estes acolhimentos, referia-se ao modo como a mulher (na maioria das vezes acompanhada por filhos/as menores) se deslocava da sua residência (ou outro local) para a Casa de Abrigo ou para outra resposta de acolhimento de emergência. Quase sempre, esta deslocação – não raras vezes, de centenas de quilómetros – era realizada em transporte público, sem qualquer suporte.

Desde agosto de 2013, a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), assegura o transporte, em todo o território nacional continental, das vítimas de violência doméstica para a Rede de Casas de Abrigo e para as outras estruturas de acolhimento de emergência. Este transporte, disponível 24 Horas/dia, acionado, pelas entidades competentes, junto de um *call-center*, visa garantir o transporte, em segurança, confidencialidade e com acompanhamento técnico, das vítimas de violência doméstica, bem como dos dependentes a seu cargo.

No âmbito deste serviço, em 2013, foram realizados 174 serviços de transporte, correspondendo a 356 pessoas. Já em 2014 – dados relativos ao 1º trimestre – foram realizados 112 transportes, num total de 238 pessoas.

Apoio à Autonomização de Vítimas de Violência Doméstica

O acolhimento institucional de mulheres vítimas de violência doméstica opera-se na Rede Nacional de Casas de Abrigo, sempre que se revele necessário – designadamente nas situações em que se verifica um elevado grau de vulnerabilidade e risco de revitimização e quando a permanência na residência, ou noutra resposta, não se revele suficientemente protetora.

O período de permanência em Casa de Abrigo, para além de, primordialmente, garantir a segurança e integridade da vítima, deverá orientar-se para a autonomização e empoderamento da mulher, por forma à sua (re)integração em contexto não institucional.

Este processo de autonomização é, no entanto, dificultado, precisamente, no momento da saída da Casa de Abrigo, quando a vítima não tem condições económicas para, por si só, assegurar os encargos associados a essa vida autónoma: custos com habitação, bens de primeira necessidade, eletrodomésticos e mobiliário, encargos com saúde, educação dos/as menores, entre outros. De facto, a grande maioria das mulheres encontra-se numa situação económica fragilizada, muitas vezes relacionada com uma situação laboral precária e/ou mal remunerada.

Estes constrangimentos comprometem seriamente o processo de autonomização e, conseqüentemente, encurtam a possibilidade destas mulheres iniciarem uma nova vida, em segurança e rompendo, em definitivo, com a relação abusiva anterior.

Ciente destas dificuldades – e do seu profundo impac-

to no processo de autonomização das mulheres vítimas de violência doméstica – a Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, Teresa Morais, disponibilizou, a título de subvenção, em dezembro de 2012, a cada uma das Casas de Abrigo do país (incluindo as das Regiões Autónomas) uma verba para apoiar financeiramente aqueles processos de autonomização, com base numa avaliação das dificuldades financeiras mais prementes que as mulheres revelassem aquando a saída da Casa de Abrigo. No total, foram atribuídos 530 000 € para este fim.

A Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, na sua qualidade de entidade coordenadora dos Planos Nacionais contra a Violência Doméstica, procede ao acompanhamento da correta aplicação das subvenções atribuídas a cada uma das entidades gestoras de casas de abrigo. Da análise dos processos de autonomização já apoiados (entre janeiro de 2013 e março de 2014), constata-se que a grande maioria das despesas suportadas se referem à aquisição de mobiliário e eletrodomésticos, à celebração de contratos de arrendamento (incluindo pagamento de caução) e ao fornecimento de eletricidade, água e gás, o que vem ao encontro do espírito do protocolo celebrado com as Casas de Abrigo.



Dia Internacional da Luta Contra a Homofobia e Transfobia

Com o objetivo de assinalar o Dia Internacional da Luta contra a Homofobia e Transfobia, a CIG em colaboração com a Direção Geral de Educação (DGE), realizaram na Escola Secundária Pedro Alexandrino (Concelho de Odivelas), no dia 16 de maio, um Seminário sobre «Luta contra a homofobia e transfobia na escola». A Sessão de Abertura contou com a presença da Diretora do Agrupamento de Escolas Pedro Alexandrino, Rosário Ferreira; da Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, Teresa Morais; e do Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário, João Grancho.

A Conferência de Enquadramento esteve a cargo do Antropólogo do ISCTE Miguel Vale de Almeida. A Presidente da CIG, Fátima Duarte, apresentou a Campanha “Dislike bullying homofóbico”, seguida de um pai-

nel onde estiveram presentes representantes da DGE e das ONG da área dos Direitos LGBT: ILGA, Rede Ex Aequo e AMPLOS. À apresentação de um trabalho sobre prevenção da violência de género na escola, por um aluno e duas alunas da Escola Secundária Pedro Alexandrino, seguiu-se a sessão de encerramento do seminário, conduzida pela Vice-Presidente da CIG, Teresa Chaves de Almeida, e pelo Subdiretor-Geral da DGE, Luís Filipe Santos.

O Dia Internacional da Luta contra a Homofobia e Transfobia é celebrado em todo o mundo, a 17 de Maio, para assinalar a exclusão da Homossexualidade da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID) da Organização Mundial da Saúde (OMS) em 17 de maio de 1990, oficialmente declarada em 1992.

Para visionar a campanha “Dislike bullying homofóbico”, consulte <http://www.cig.gov.pt/>

“Luta contra a homofobia e a transfobia na escola”

Escola Secundária Pedro Alexandrino
(Póvoa de Santo Adrião)
16 de maio de 2014



De salientar que, neste mesmo dia, foi lançada a Campanha “Dislike bullying homofóbico” na TVI e na RTP. Esta campanha, lançada pela primeira vez em 9 de julho de 2013, foi a primeira desenvolvida por uma entidade pública contra a discriminação em razão da orientação sexual e da identidade de género. Esta razão levou a que a CIG recebesse, no passado dia 11 de janeiro, o Prémio Arco-íris 2013, atribuído pela ILGA Portugal

Protocolos de Cooperação entre a CIG e Autarquias

Ao longo do semestre de 2014, a CIG firmou nove Protocolos de Cooperação com diferentes Municípios de todo o país. Através deste ato oficial ficou, assim, selada a relação de parceria entre a Comissão e os Municípios de Ourém (16 de janeiro), de Serpa (10 de março), de Albufeira (14 de março), de Vila Real (17 de março), do Funchal (21 de março), de Ovar e de Vila Nova de Famalicão (16 de junho), de Oliveira do Hospital (20 de junho) e de Cascais (26 de junho),

uma parceria que visa a implementação, nas respetivas Autarquias, das Políticas Públicas Promotoras da Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação.

Pretende-se com a assinatura de Protocolos de Cooperação a promoção e o desenvolvimento integrado da perspetiva de género e de igualdade de oportunidades nas políticas municipais como forma de aprofundar a efetiva igualdade entre mulheres e homens. Este ob-

jetivo pode ser alcançado através de diferentes medidas, nomeadamente: a nomeação de Conselheira/o Local para a Igualdade, a consolidação de uma estrutura e/ou mecanismo de suporte à promoção da igualdade de género e de oportunidades ou, ainda, através da adoção de um Plano Municipal para a Igualdade entre Mulheres e Homens (PMI's) que integre a perspetiva de género.

À luz de uma efetiva descentralização da Igualdade, os Planos Municipais para a Igualdade (PMI's) visam promover as mudanças culturais que permitam a mulheres e homens aspirar a participar livremente em todas as atividades e políticas da comunidade. Este instrumento pretende, igualmente, sensibilizar os decisores locais e a população para a importância da igualdade de género e a eliminação de estereótipos no processo de desenvolvimento local integrando a dimensão do género em todas as políticas, programas e projetos de forma a incentivar uma participação social equilibrada e sustentar o desenvolvimento.

Com os Protocolos de Cooperação celebrados os diferentes municípios têm-se comprometido a efetivar uma representação equilibrada dos dois sexos na designação para cargos autárquicos, a sensibilizar a população e entidades locais para a igualdade de género e a garantir às mulheres condições de acesso às ações cofinanciadas pelos Fundos Estruturais, entre outras iniciativas que integram a adoção de um PMI.

As autarquias locais, pela sua proximidade com as populações, configuram-se como impulsionadoras e agentes de desenvolvimento, apresentando-se como entidades privilegiadas para a concretização de ações e medidas que tenham como objetivo a promoção da política de Igualdade de Género e de Oportunidades. Assumir este compromisso é reconhecer que as políticas ativas para a Igualdade são essenciais para o bem-estar e desenvolvimento sustentável do, respetivo, concelho e de todas as pessoas que nele vivem.

Workshops para Conselheiras/os

No sentido de dar cumprimento às medidas 9 e 10 do V PNI, 3 do V PNPCVDG e 6 e 29 do III PNPCTSH, a CIG

tem realizado um conjunto de *Workshops* junto de diferentes Autarquias. Dirigida, principalmente, a Conselheiras e Conselheiros Municipais para a Igualdade esta é uma iniciativa que tem ocorrido regularmente ao longo dos últimos anos.



Como exemplo, refira-se a Câmara Municipal de Lisboa, através do Departamento de Desenvolvimento Social, que abraçou o tema "Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação", nos dias 10 e 11 de dezembro de 2013, ainda na vigência dos anteriores Planos. Esta sessão contou com 34 participantes dos municípios de Lisboa, Oeiras, Cascais, Loures, Arruda dos Vinhos, Sobral de Monte Abraço, Cadaval, Vila Franca de Xira, Seixal, Abrantes, Alenquer, Vila Nova de Famalicão, Espinho, Felgueiras, Vila Real e Braga. Neste primeiro semestre, a CIG já promoveu 2 *Workshops* nos Municípios de Vila Real, 17 e 18 de março, e de Campo Maior, 26 e 27 de maio, versando, igualmente, a temática da "Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação". Salienta-se que nestes dois Municípios já foram nomeadas Conselheiras para a Igualdade. A Conselheira do Município de Vila Real, Eugénia Almeida, nomeada por despacho do Presidente da Câmara Municipal, Rui Santos, em dezembro do ano transato, tem por atribuição acompanhar e dinamizar a implementação das políticas locais para a cidadania e igualdade de género e, deste então, muitas têm sido as iniciativas que o Município de Vila Real tem desenvolvido no sentido de promover a sensibilização para a cidadania. A Conselheira para a Igualdade do Município de Campo Maior, a vereadora Isabel Raminhas, foi nomeada por despacho do Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Pinheiro.

Esta é uma iniciativa que, normalmente, congrega um número significativo de pessoas. No caso do *Workshop* realizado em Trás-os-Montes contou com a presença de 18 municípios, dos distritos de Vila Real, Aveiro, Bragança, Braga e Porto e, ainda, com os municípios de Vila Verde e Oliveira de Azeméis que foram convidados para a apresentação de práticas inovadoras e partilha de experiências. Em Campo Maior a sessão formativa contou igualmente com a presença de vários municípios dos distritos de Portalegre, Castelo Branco e Viseu.

Estas ações caracterizam-se por ter um referencial para 18 horas de formação onde são abordados temas relacionados com a igualdade de género, violência doméstica, tráfico humano, entre outros, no sentido da sensibilização para a implementação de estratégias de integração da perspectiva de género nas políticas e ações promovidas pelas autarquias. Ao longo de dois dias de trabalhos são apreendidos novos conceitos e metodologias com vista à elaboração do Plano Municipal para a Igualdade, entendido como instrumento de política local que estabelece a Estratégia de transformação das relações sociais entre homens e mulheres.

32

Em jeito de balanço, refira-se que é unânime, entre os participantes, que a realização destes workshops se revela uma mais-valia para os/as Conselheiros/as Municipais. Através deles, têm a oportunidade de aprofundar os seus conhecimentos na área da Igualdade, bem como trocar experiências que têm vindo a ser desenvolvidas nos vários municípios do país, numa lógica de partilha e disseminação de boas práticas.

Ciclo de Sessões Práticas sobre a elaboração de Planos Municipais para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação

Com o novo regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, passou a competir às Câmaras Municipais “...assegurar a integração da perspectiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através



da adoção de Planos Municipais para a Igualdade bem como, das orientações constantes nos Planos Nacionais...” (alínea q), do n.º 1 do art.º 33º da mesma lei).

Indo ao encontro do estipulado a CIG está a promover um ciclo de sessões com o objetivo de sensibilizar os municípios para a importância da integração da perspectiva da Igualdade de Género na Administração Pública Local, através da elaboração de Planos Municipais para a Igualdade, nomeação dos/as Conselheiros/as Locais para a Igualdade e respetiva formação, dirigentes e Recursos Humanos das autarquias na área da Igualdade.

Este ciclo teve a sua primeira sessão, no dia 16 de janeiro, na Câmara Municipal de Ourém, com o título “Planos Municipais para a Igualdade Estratégias a Implementar”, marcando, assim, o arranque das suas iniciativas que, entre as várias medidas a implementar, encontra-se a nomeação da Conselheira Local para a Igualdade. Seguidamente procedeu-se à assinatura do Protocolo de Cooperação, que contou com a presença do seu Presidente da Câmara, Paulo Fonseca, e da Presidente da CIG, Fátima Duarte.

A segunda sessão prática decorreu no Município de Oliveira de Azeméis, no dia 9 de abril, contando na sua abertura com a presença do Presidente da Câmara Municipal, Hermínio Loureiro, e da Vereadora da Ação Social e Conselheira Local para a Igualdade, Gracinda Leal, tendo sido realçado o importante caminho já traçado pelo Município de Oliveira de Azeméis na área da Igualdade ao longo dos últimos anos. A sessão contou com um total de 42 presenças, provenientes dos

Municípios de Albergaria-a-Velha, Arouca, Estarreja, Ílhavo, Oliveira do Bairro, Ovar e S. João da Madeira, e ainda do Município de Vila Real que se quis associar a esta importante oportunidade de troca de experiências. Estiveram também presentes técnicos/as de 8 instituições do município de Oliveira de Azeméis parceiras da Rede Social, bem como a equipa municipal responsável pelo processo de elaboração e implementação do Plano Municipal para a Igualdade e Responsabilidade Social.

Igualmente, a 7 de maio, decorreu na Figueira da Foz a terceira sessão prática na qual participaram Conselheiras/os Locais para a Igualdade, Técnicas de Municípios e de IPSS, bem como representantes de parceiros do Fórum Municipal de Cidadania e Igualdade da Figueira da Foz. A sessão contou ainda com a presença dos Municípios de Arganil, Pampilhosa da Serra e Vila Nova de Poiares. Os trabalhos decorreram com participação alargada dos/as presentes, que demonstraram grande interesse nas matérias abordadas.

Nestas sessões, dinamizadas por Rosa Oliveira e Nuno Gradim, da Delegação Norte da CIG, é evidenciada a importância do papel dos Municípios na promoção da Igualdade de Género, esclarecendo sobre os passos a seguir quanto à criação de um Plano Municipal para a Igualdade. De acordo com Nuno Gradim «para se construir um Plano é necessário conhecer, acima de tudo, a realidade com base num diagnóstico local, nas necessidades, nas prioridades e nos recursos humanos». Como já foi referido, são abordados temas de interesse para os/as Conselheiros/as Locais para a Igualdade, técnicos e técnicas das autarquias e instituições parceiras das Redes Sociais, destacando-se o enquadramento estratégico dos diversos Planos Nacionais, a importância da Igualdade de Género no Poder Local e as estratégias a adotar no âmbito dos Planos Municipais Para a Igualdade.

III Reunião de Ministros/as Responsáveis pela Igualdade de Género da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa



Decorreu, no passado dia 14 de fevereiro, em Maputo, a III reunião de Ministros/as responsáveis pela Igualdade de Género da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), organizada pelo Governo da República de Moçambique, tendo como tema principal a “CPLP, Desafios na Prevenção e Eliminação da Violência Baseada no Género”.

Portugal foi representado pela Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, Teresa Morais.

Como aspetos principais, destacam-se a aprovação de uma versão revista do Plano de Ação para a Promoção da Igualdade e Equidade de Género da CPLP (2014-2016); a realização de um encontro informal das ministras e dos ministros responsáveis pela igualdade de género e empoderamento da mulher à margem da 58ª Sessão da Comissão Sobre o Estatuto das Mulheres e, com o objetivo de consolidar o espaço da língua portuguesa nas Organizações Internacionais, o compromisso em discursar em português nas sessões plenárias da Comissão, que teve lugar em Nova Iorque

de 10 a 21 de Março de 2014; o acordo em alcançar consensos nos fora internacionais e em promover e/ou reforçar a cooperação técnica e jurídica entre os Estados membros da CPLP, com vista ao aperfeiçoamento dos seus quadros legais em matéria de combate a todas as formas de violência contra as mulheres e o fortalecimento dos programas nacionais de combate a todas as formas de violência contra mulheres e raparigas, em especial contra a excisão feminina e o tráfico de pessoas.

De realçar o agradecimento especial de todos os Estados membros pelo financiamento do Estado Português da primeira campanha sobre a eliminação da violência contra as mulheres que foi lançada no espaço da CPLP, no passado 25 de novembro de 2013. A este propósito, as Ministras comprometeram-se a “dar o seu rosto” para a Campanha da CPLP sobre a eliminação da violência contra as mulheres na sua edição de 2014.

Para mais informações sobre a Reunião, consultar o sítio *web* da CPLP (<http://www.cplp.org/>).

58ª Sessão da CSW

Promovida pelas Nações Unidas, decorreu em Nova Iorque, de 7 a 21 de março, a 58ª Sessão da CSW - Commission on the Status of Women. As discussões centraram-se no tema prioritário “Desafios e conquistas na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio para mulheres e meninas”.

Durante a sua sessão anual, mais de 6 mil representantes de Estados-Membros, das Nações Unidas e organizações não-governamentais (ONG) discutiram os desafios e conquistas na implementação dos oito objetivos de combate à pobreza, conhecidos como os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), antes do prazo de 2015. Decorreram duas mesas redondas de alto nível, nos dias 7 e 9 de março, sobre o tema prioritário, onde os Altos Representantes apresentaram as suas intervenções sobre lições aprendidas, resultados e boas práticas, obstáculos e desafios, apoiados em dados no que respeita à implementação

dos compromissos relacionados com este tema, ao nível nacional.

A Chefe da Delegação nacional, Teresa Morais, Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e Igualdade, na sua intervenção defendeu que na *Agenda para o Desenvolvimento pós-2015* deve ser “explícito o propósito da prevenção e combate a todas as formas de violência sobre as mulheres, expresso de forma autónoma e clara, num compromisso intenso que deve ser servido pelos meios apropriados a esse combate”. Perante o plenário, salientou que tinha dificuldade em compreender como é que o objetivo de prevenir melhor e combater mais eficazmente a violência contra as mulheres não tenha constituído um objetivo específico e explícito de desenvolvimento. A este propósito, sublinhou o empenho de Portugal em defender, no quadro das negociações da *Agenda para o Desenvolvimento Pós-2015*, um objetivo sobre pre-

venção e eliminação de todas as formas de violência contra mulheres e meninas.

Pela primeira vez, e na sequência da *Declaração de Maputo*, aprovada no âmbito da III Reunião de Ministros/as Responsáveis pela Igualdade de Género da CPLP, realizada a 14 de fevereiro, os Estados-membros, presentes nesta Comissão, proferiram as suas intervenções em Português, nas sessões plenárias.

Em linha com o defendido pela Chefe da Delegação Nacional, a Comissão para o Estatuto da Mulher (CSW) identificou as questões críticas que não foram suficientemente abordadas pelos ODM, salientando a violência contra as mulheres e meninas como um dos grandes objetivos omissos apelando à adoção de medidas na sua prevenção e combate para corrigir este facto.

As Conclusões Acordadas nesta 58ª Sessão refletem as interseções da CSW com outros processos globais, que decorrem em paralelo, de preparação e revisão dos ODM, que terminam em 2015, e de elaboração da nova Agenda para o Desenvolvimento Pós-2015. No geral, os Estados-membros conseguiram assegurar que as Conclusões Acordadas contivessem linguagem forte, pois reconhecem a importância de uma arquitetura económica e financeira global que promova um ambiente propício para a realização de todos os direitos humanos para as mulheres e meninas. Apesar de inicialmente terem sido propostas, por alguns Estados-membros, as referências à noção de soberania e discricionariedade de cada Estado-membro, na implementação das Conclusões Acordadas, estas não foram incluídas no texto; pelo contrário, a CSW invocou a obrigação dos Estados-membros em promover e garantir a universalidade e a indivisibilidade dos direitos humanos.

A CSW instou, igualmente, os Estados a não repetirem os erros cometidos com a implementação dos objetivos de desenvolvimento do milénio na elaboração da nova agenda de desenvolvimento pós-2015. Apelou para que enfrentem os desafios críticos remanescentes, através de uma abordagem abrangente e transformadora, bem como para que incluam a igualdade



entre mulheres e homens, o empoderamento das mulheres e os direitos humanos das mulheres e meninas enquanto objetivo específico. Esta Comissão insistiu ainda na necessidade de integração destas questões, de forma transversal, em todos os outros objetivos no novo quadro de desenvolvimento, através de metas e indicadores.

Aconselha-se a leitura na íntegra das Conclusões Acordadas no sítio *web* da Organização das Nações Unidas (versão em inglês):

http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=E/CN.6/2014/L.7.

Por fim, importa mencionar que a 58ª Sessão da Comissão sobre o Estatuto da Mulher antecipa o 20º aniversário da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim, em 1995. A Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, aprovada por unanimidade pelos 189 países presentes nessa conferência, é considerada o documento fundamental da política global sobre a igualdade de género, abordando áreas críticas como as mulheres e a pobreza, a violência contra as mulheres e os direitos humanos das mulheres.

Visitas de Delegações Estrangeiras à CIG

No primeiro semestre de 2014, a CIG acolheu diversas delegações estrangeiras com o objetivo de dar a conhecer o seu trabalho enquanto mecanismo nacional para a Igualdade de género e informar sobre a sua missão na execução das políticas públicas no domínio da cidadania, da promoção e defesa da igualdade de género e do combate à violência doméstica e de género e ao tráfico de seres humanos, através da coordenação dos diversos planos nacionais.

Kosovo *Adelina Loxhaj, Senior Officer for Cooperation,* da Agência para a Igualdade da República do Kosovo, mostrou interesse em conhecer as boas práticas de igualdade de género no domínio da violência doméstica em Portugal.

Albânia Foram recebidas duas delegações da Albânia. A primeira contou com a Alta Comissária para a Discriminação da Albânia e representantes do grupo “UN Women Albania against discrimination”. A segunda incluía representantes da Agência Internacional Desenvolvimento da Albânia, pontos focais de igualdade de género dos departamentos do Ministério Assuntos Sociais, do Ministério da Agricultura, do Programa Nacional sobre o Empoderamento da Mulher na Eco-

nomia com o apoio da ONU. Estas visitas consistiram na partilha de conhecimento na área do empreendedorismo feminino, designadamente sobre as modalidades de financiamento, através de fundos comunitários e do microcrédito.

Moçambique A Delegação da Comissão de Assuntos Sociais do Género, Tecnologias e Comunicação Social da Assembleia da República de Moçambique foi constituída por nove representantes, incluindo a Presidente da Comissão, o Relator da Comissão, a chefe de gabinete da 3ª Comissão e deputados/as. Esta delegação esteve presente no Parlamento português e na CIG para conhecer as experiências no âmbito da legislação sobre a promoção e proteção dos Direitos da Criança e Juventude e das estratégias relativas ao empoderamento da mulher.

São Tomé e Príncipe Ao abrigo do Programa de Cooperação da Assembleia da República com a Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe (ANSTP), o semestre terminou com a visita de uma delegação da Comissão dos Direitos Humanos, Género e Cidadania da ANSTP.

Banco de Inovação Social



O Banco de Inovação Social (BIS) é a primeira rede e plataforma colaborativa de apoio à inovação social no país, coordenado pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa que agrega vinte e sete instituições públicas e privadas. Durante a 6ª Reunião do Conselho Operacional do BIS, que decorreu a 30 de abril de 2014,

a CIG, na qualidade de membro, realçou a importância da integração da dimensão de género em todos os programas apresentados nesta reunião, a saber:

- No Programa de Cultura, Educação e Cidadania para a Inovação Social, através do concurso de ideias – INOVA;
- No Programa de Empreendedorismo Intergeneracional e Experimentação e Inovação Social (*United at Work*);
- No Programa de Empreendedorismo e Empresas Sociais;
- No Fundo de Investimento Social – Fundo BIS;
- No Programa de Cidadania.

Para mais informações, consultar:

www.bancodeinovacaosocial.pt e/ou

www.facebook.com/bancodeinovacaosocial.pt

Convenção Anual da REDE RSO PT



A Universidade de Évora acolheu mais uma Convenção Anual da **REDE RSO PT - REDE NACIONAL DE RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS ORGANIZAÇÕES**, no passado dia 10 de abril, coincidindo com a abertura oficial da 9ª Semana da Responsabilidade Social. Perfazendo seis anos de atividade, e constituída por 282 membros, incluindo a CIG, a REDE RSO PT continua a assumir como missão prioritária a dinamização de atividades de promoção e implementação da Responsabilidade Social em Portugal, incentivando atitudes em prol do desenvolvimento sustentável.

A CIG esteve presente na Convenção e interveio no debate, salientando a importância dos novos Planos Nacionais (PNI, PNCVD e PNTSH) que integram um conjunto de medidas de política em matéria de promoção da igualdade de género, de prevenção e combate a todas as formas de violência contra as mulheres e de luta contra o tráfico de seres humanos. Foi ainda salientado que a integração da perspetiva de género nas políticas, planos e programas de ambiente e ordenamento do território é essencial para o desenvolvimento sustentável dos territórios.

A Convenção foi encerrada com a presença do Presidente do IAPMEI.

Seminário de Empreendedorismo e Inovação



O Seminário de Empreendedorismo e Inovação, realizou-se no dia 9 de maio de 2014, na Biblioteca Municipal de Oeiras, promovido pela União de Freguesias de Oeiras, Paço de Arcos e Caxias, a Incubcenter, Lda., a Empreend-Associação Portuguesa para o Empreendedorismo, a AISTI-Associação Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação e a Câmara Municipal de Oeiras. Este evento recebeu o selo do Programa Estratégico para o Empreendedorismo e a Inovação, designado por “+e+i”, atribuído pelo Ministério da Economia, pela importância da sua contribuição para o estímulo da cultura e das práticas de empreendedorismo e inovação em Portugal.

Esta iniciativa, no âmbito do Dia da Europa em Portugal e do aniversário da Vila de Oeiras e São Julião da Barra, teve como objetivo a integração das primeiras Jornadas Internacionais online de Educação, Tecnolo-

gia e Inovação visando estimular o empreendedorismo e a inovação, estabelecimento de alianças estratégicas entre os diversos *stakeholders* do universo científico, o empresarial, a Administração Pública Central e Local e as organizações da sociedade civil, com o desígnio de partilhar conhecimento, experiências e ideias empreendedoras, *benchmarking*, financiamentos, entre outros.

A CIG esteve presente no 1º painel. Informou sobre o seu papel e missão na coordenação dos novos planos nacionais (V PNI, V PNPCVDG e III PNPCTSH). Abordou a necessidade de reforçar o empreendedorismo feminino, através de incentivos à criação de empresas, através de instrumentos financeiros e de ações coletivas. Realçou a importância de promover o empreendedorismo feminino, como elemento de mobilização das mulheres para a vida económica e a importância da divulgação de boas práticas. Neste sentido, apresentou o número de mulheres empreendedoras/empresárias, que beneficiaram das diversas linhas de financiamento, e casos de sucesso.

Encerraram o Seminário o Presidente da Câmara Municipal de Oeiras e o Secretário de Estado da Inovação, Investimento e Competitividade.

A Semana da Responsabilidade Social®

A Semana da Responsabilidade Social® é uma iniciativa da APEE – Associação Portuguesa de Ética Empresarial, membro da REDE RSO PT, focal point do United Nations Global Compact e Organismo de Normalização Setorial para as áreas da Ética e da Responsabilidade Social. Este ano foi dedicada ao tema: «Futuro: Caminhos de Cooperação».

Em Lisboa, o evento decorreu de 19 a 22 de maio, na Fundação Cidade de Lisboa, e a 23 no Palácio Foz, contando com a coorganização de várias entidades:

CIG, UGT, CEFOSAP, Global Compact Network Portugal, ACT, DGS, Bureau Veritas, Pedra Base, CITE, Gebalis e Banco de Inovação Social – SCML.

A 9.ª edição da SRS® irá percorrer o país com ações específicas em Águeda, Loures, Porto, Coimbra, Viana do Castelo, entre outras, demonstrando como a gestão responsável e a implementação de boas práticas no seio das Organizações conduzem a uma maior rentabilidade e reputação.

Recordando Fina d'Armada

Fina d'Armada é o pseudónimo literário de Josefina Teresa Fernandes Moreira, natural da Quinta d'Armada, na freguesia de Riba de Âncora, no concelho de Caminha. Desde 1981, vivia em Rio Tinto, concelho de Gondomar. Faleceu no dia 7 de março, véspera do Dia Internacional das Mulheres, tinha 68 anos.

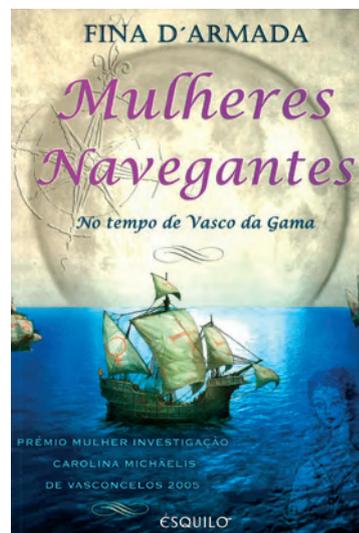
Historiadora, poetisa, cronista, feminista, lutadora incansável por uma vida melhor para as mulheres, Fina d'Armada é autora de cerca de 12 títulos e coautora de 39 obras. Em 2003 concluiu o mestrado em Estudos sobre as Mulheres, na Universidade Aberta, com a tese *Mulheres Navegantes no Tempo de Vasco da Gama* que lhe valeu o Prémio *Mulher Investigação Carolina Michaelis de Vasconcelos 2005* atribuído pelas Organizações Não-Governamentais do Conselho Consultivo da CIDM, hoje CIG. Este trabalho foi publicado em 2006 (edições Ésquilo) tendo como base de partida as investigações realizadas pela autora para o Congresso Internacional «O Rosto Feminino na Expansão Portuguesa» realizado pela CIDM, em 1994.

Em 2008 publicou “O Segredo da Rainha Velha”. Trata-se de um romance baseado numa história desconhecida da infanta D. Beatriz, mãe do Rei D. Manuel I, que, como herdeira do Infante D. Henrique, não só terá dirigido a Ordem de Cristo, como o projeto das navegações após a morte daquele infante. Publicou também “Segredo”, colocando a autora a hipótese de Cristóvão Colombo ser português e enteado de D. Beatriz.

Incluída na “Antologia de Poetas do Alto Minho”, de

Laureano Santos, no “Dicionário de Mulheres Rebelde”, de Ana Barradas, no “Dicionário Internacional de Arte e Literatura” e na obra “Letras de Fronteira do Val do Miño Transfonteirizo”, os dois últimos editados em Espanha. Fina d'Armada colaborou com nomes de referência como: Natália Correia e Albano Magalhães, com quem escreveu a “Monografia da Vila de Fânzeres”.

Simbolicamente, não deixa de ser curioso que tenha ido para a sua última morada, no dia 8 de março, data que Fina d'Armada sempre prezou incondicionalmente.



EXPLORAÇÃO
SEXUAL

NÃO DEIXE QUE O
TRÁFICO HUMANO
ESCREVA O SEU DESTINO.

PROTEJA-SE E DENUNCIE.

LINHA SOS IMIGRANTE
808 257 257

EQUIPA MULTIDISCIPLINAR
964 608 288
961 674 745



Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
Presidência do Conselho de Ministros



Os “Assuntos do Género” e o Exército Português

O Exército português tem vindo a atuar em diversos pontos do globo, em Teatros de Operações (TO) onde a variedade sociocultural é um fator a ponderar no planeamento e na conduta das operações. Sendo incontornável que, nos dias de hoje, qualquer atuação é inserida em forças multinacionais, onde o relacionamento e a colaboração entre militares e civis é feita, também ela, dentro de uma enorme variedade de perspetivas culturais e, acrescentando o facto de que, qualquer força militar ou policial (pelo menos dos países ocidentais) inclui homens e mulheres, tem-se levantado um conjunto de desafios na preparação e na atuação de todos os profissionais das áreas da defesa e da segurança.



Uma vez que as relações entre homens e mulheres são sempre a expressão de uma determinada cultura, o género e todos os conteúdos com ele envolvidos, acabam por constituir fatores de análise. Outra questão relevante relaciona-se com os constrangimentos resultantes das diferentes características entre homens e mulheres e dos papéis e relações sociais associados, os quais têm vindo a resultar num tipo de violência específica denominada violência baseada no género (VBG), a qual deve ser dirimida, quer internamente a nível das organizações quer a nível da gestão de crises. Assim sendo, o combate à VBG tem constituído o principal desafio e instrumento das Forças de Paz no cumprimento das suas missões.

Nesta sequência, foram desenvolvidos pela Divisão de Recursos do Estado-Maior do Exército dois módulos de formação destinados a fornecer a todos os militares do Ramo uma perceção mais rigorosa sobre estas questões bem como sobre o potencial destas para uma maior eficácia de atuação das forças militares.

O primeiro módulo aborda os conceitos gerais relacionados com o género e em especial a análise da evolução histórica das origens das diferenças entre géneros e os problemas de direitos individuais a eles associados. São ainda apresentados os principais instrumentos para aplicação dos assuntos do género à gestão de conflitos, como sejam o “*gender balance*”, o “*gender mainstreaming*”, o “*combate à VBG e a proteção das populações*” e o “*controlo da vitimização*”. Por último, inclui ainda as Resoluções do Conselho de Se-

gurança das Nações Unidas (RCSNU) 1325 e a 1820 e os Planos Nacionais (igualdade de género e de ação).

O segundo módulo está construído numa base de “*comprehensive approach*”.²² e destina-se a fornecer as ferramentas no âmbito dos recursos humanos e das operações para o seu planeamento e conduta. São assim abordadas as metodologias para os vários níveis de planeamento, dados a conhecer as redes “gender” das principais organizações internacionais (NATO, ONU e UE) e analisados os processos de reconstrução da paz, nomeadamente a importância dos assuntos do género nas operações de Desmobilização, Desarmamento e Reintegração (DDR) e de Reforma do Setor de Segurança (SSR).²³ São ainda abordados os vários aspetos a ter em consideração na geração de forças e na atuação tática das unidades no terreno, nomeadamente as preocupações a considerar na organização e no treino das forças - de forma a garantir a representatividade de ambos os sexos e o combate ao assédio sexual, bem como as particularidades de atuação tática vocacionadas para o combate à VBG em zonas de conflito e para a proteção das populações através de táticas, técnicas e procedimentos (TTP) desenvolvidas especificamente nesta área e que, constituem instrumentos de aplicação prática nas operações militares.

O corrente ano de 2014 tem vindo a constituir para o Exército português um marco no processo de integração das preocupações com o género nas suas atividades. Durante o aprontamento do 8º Contingente Nacional (8 CN) destinado à International Security Assistance Force (ISAF).²⁴ e no curso de promoção a oficial superior (CPOS), respetivamente, foram ministradas duas palestras sobre os “assuntos do género”.

Ao 8 CN, acerca do assédio sexual e para tolerância zero no âmbito da RCSNU 1820, foram fornecidos um modelo de “normas de conduta” específicas e ainda, o módulo “formação profissional e comportamental sobre violência do género”, a ser ministrado durante a missão no Afeganistão.

Está previsto ainda durante o ano de 2014, estes dois módulos serem ministrados ao curso de comandantes, no Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM). Assim, é garantida formação às várias gerações em serviço numa área tão importante para a segurança e a paz mundial como são os “assuntos do género”.

²² Abordagem global que inclui todos os instrumentos do poder e não apenas o militar.

²³ *Security Sector Reform*, no termo anglo-saxónico.

²⁴ Esta Força Multinacional, sobe a égide da NATO, tem como missão prestar apoio ao governo afegão no combate à subversão, no aumento da capacidade das Forças de Segurança Nacionais bem como na melhoria da capacidade de governação e desenvolvimento socioeconómico, a fim de fornecer um ambiente seguro e estável para a população.

ESPAÇOS para além da Crise: aprendizagem, liderança, cidadania e sustentabilidade

A Associação Espaços: Projetos Alternativos de Mulheres e Homens continua a abrir caminhos para a construção de um discurso de força e resistência. Privilegia na sua intervenção objetivos de caráter socioeducativo, como sejam a sensibilização, desconstrução e reconstrução de conceitos, direcionados para uma democracia mais participativa, e para a promoção de cidadanias ativas e críticas. Neste sentido, a nossa ação passa pela dinamização de *workshops*, palestras, tertúlias, encontros; com grupos de homens e mulheres, diversos em termos de idade, sexo, etnia, orientação sexual, estatuto, papel social e familiaridade face aos temas em debate. Nestes, reflexão, tomada da palavra e definição conjunta de ações transformadoras são pilares das trajetórias de literacia social e política que pretendemos estimular.

Ciclo “Educação, Resistência e Ação”

A Espaços tem investido em diversas frentes, articulando o trabalho mais direto com as comunidades, e a

discussão com diversos grupos sociais e a academia. Destacamos o Ciclo “Educação, Resistência e Ação”, desenvolvido em parceria com o Instituto Paulo Freire de Portugal, o Centro de Investigação e Intervenção Educativas da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto e o Centro de Recursos Paulo Freire. Este ciclo emerge da necessidade de trazer ao palco do debate político a partilha e busca de soluções criativas e inovadoras que permitam agir e confrontar as questões e desafios atuais da educação, como manifestações de dinâmicas sociais, políticas e económicas – nacionais e globais – mais amplas. No último semestre, este Ciclo recebeu contributos diversos de mulheres e homens implicados com a mudança social pela educação: Rosa Madeira, “Construindo pontes entre campos desiguais”; Eunice Macedo, “Ser sujeito inteiro no ensino superior: a sustentabilidade como pretexto”; Suzana Ralha, “Arte e educação no trabalho com comunidades”; Rui Trindade, “Educação e democracia: questões pedagógicas”; e Fernanda Rodrigues, “A contramão das políticas sociais e a intervenção socioeducativa”. Nos próximos meses o Ciclo acolherá os desafios de Wanderley Geraldi, entre outros. Fica o convite.



“Encontrar espaços de crescer, aprender e ensinar”

Tendo em vista a intervenção socioeducativa em relação mais direta com as comunidades, a Espaços participou na abertura de um projeto de mobilização pela educação fora dos grandes centros urbanos, que teve lugar, na aldeia de Atenor nos dias 2, 3 e 4 de Maio. Promovido por uma associação local, o evento mobilizou um conjunto de parceiros da sociedade civil da região em “busca de caminhos para uma educação mais aberta, feliz, livre e colaborativa”, trazendo ao debate uma multiplicidade de olhares e vozes sobre educação, por recurso a múltiplas estratégias de envolvimento das pessoas e das entidades participantes. A Espaços moderou a conversa “Escolas, espaços e mo-

dos de educação das crianças”, que juntou vários projetos educativos com identidades próprias, orientados na linha de que “uma educação outra é possível”. A nossa intervenção passou também pela dinamização de oficinas para crianças, e de uma oficina para a exploração de modos distintos de fazer educação – partindo de modalidades dirigidas para aprendizagem da disciplina, do controlo e da norma, explorámos modalidades promotoras de cidadania educacional pela participação reflexiva e colaborativa na tomada de decisão.

Ciclo “Maria de Lourdes Pintasilgo em Conversa: Intervenção e Atualidade

Como último apontamento, destacamos o Ciclo “Maria de Lourdes Pintasilgo em Conversa: Intervenção e Atualidade”, uma iniciativa de âmbito nacional que a Espaços tem assumido como prioridade e urgência. O cruzamento de vários membros da Associação com o

pensamento e a ação política, social e intelectual de Maria de Lourdes Pintasilgo deixou marcas indeléveis nas perspetivas e aspirações que animam a Espaços. Porque sempre foi uma mulher do seu tempo, projetando o futuro, e porque as circunstâncias em que vivemos hoje exigem que convoquemos o melhor do nosso património de cidadania, democracia e criatividade social, mais do que recordar Maria de Lourdes Pintasilgo “dez anos depois”, lançámos um duplo desafio-convide: olhar o presente e o futuro a partir do seu legado político, social e intelectual; e ressignificar a intervenção na sociedade a partir do seu pensamento e da sua intervenção. As respostas a este repto têm sido diversas na forma e abrangentes nos temas, tal como a intervenção de Maria de Lourdes Pintasilgo na sociedade portuguesa e mundial. Começámos por explorar as suas palavras, em torno de *cidadania, democracia e política*, questões centrais na sua ação política e social, a partir de textos da sua autoria, numa oficina proposta pela Espaços, no Porto. Seguiu-se Coimbra, onde dinamizámos a conversa/debate “Inventar a Democracia com Maria de Lourdes Pintasilgo: desafios no presente”, numa parceria com a Fundação Cuidar o Futuro no âmbito das Comemorações do 40º Aniversário do 25 de Abril, que envolveu cerca de 50 pessoas.

Em agenda, temos uma tertúlia, no Porto, no dia 13 de junho, na qual vamos “Retomar o diálogo dos Direitos Humanos com Maria de Lourdes Pintasilgo”, bem como um conjunto de palestras a partir de investigações centradas no pensamento e ação de Maria de Lourdes Pintasilgo, desenvolvidas no âmbito de formações pós-graduadas em áreas como a Educação, o Jornalismo e a Filosofia. Com um programa em construção, e tendo recebido *feedback* muito positivo, mantemos a expectativa de que este Ciclo possa contribuir para dar visibilidade a uma das mais ativas, reflexivas, críticas e inovadoras protagonistas da sociedade portuguesa no século XX. Fica também este desafio à participação e à proposta de sessões. No nosso blog - associacaoespacos.blogspot.pt - continuaremos a dar-vos conta da agenda do Ciclo e dos ecos das sessões.



Por uma Escola para a Igualdade



A Educação há muito parece ter deixado de ser uma prioridade para os governos, excepto quando se trata de cortar no financiamento das escolas públicas, já que para as entidades privadas os subsídios se têm mantido e, em alguns casos, até aumentado.

O retrocesso a que se assiste hoje na educação das jovens e dos jovens portugueses nota-se a vários níveis, o corte nos recursos de que as escolas dispõem – humanos, físicos, materiais, financeiros – de forma tão violenta, que impede que cumpram adequadamente a sua missão de ensinar, formar, educar e qualificar, bem como inviabiliza a concretização das metas definidas para redução das taxas de insucesso e abandono escolar, impede a certificação qualificada de jovens e adultos que procuram uma nova oportunidade na escola, e constrange a promoção, como a lei determina, da Educação Sexual nas escolas.

O carácter democrático que presidiu à escola do 25 de Abril de 1974 tem vindo a ser destruído e o seu actual desenho organizacional está hoje perigosamente próximo do da escola de antigamente.

A vertente pedagógica que deveria prevalecer sobre todas as outras é despididamente subalternizada o que, a par da ausência de autonomia organizativa, faz com que hoje as escolas portuguesas se assemelhem a quaisquer repartições de serviços administrativos, centralmente controladas.

A par de tudo isto, o governo está hoje apostado em transformar as escolas em meros centros de treino, com vista à obtenção de bons resultados nos exames nacionais, já concretizados nos 12º, 11º, 9º, 6º e 4º

anos de escolaridade, com uma nova variante da obrigatoriedade de um exame de Inglês, executado por uma empresa privada e pago por encarregadas ou encarregados de educação, no valor de 25 euros, caso se pretenda o respectivo certificado.

A sobrevalorização dos exames por parte do Ministério da Educação com a consequente elaboração da lista de *rankings* das escolas, baseadas nas notas obtidas, levam a uma pressão exagerada sobre as direcções dado que, as que melhores resultados obtiverem serão aquelas que no ano lectivo seguinte terão melhores condições de funcionamento.

Em contrapartida, as que obtiverem piores resultados, serão aquelas que no ano seguinte terão maiores cortes no crédito de horas, impossibilitando-as de desenvolver estratégias conducentes a um melhor desempenho das suas alunas e alunos. Esta pressão passará obrigatoriamente também para as professoras e professores, bem como para alunas e alunos, encarregadas e encarregados de educação.

A par de tudo isto, o Ministério da Educação estabelece um calendário escolar em que a realização de exames se faz ao mesmo tempo que se desenvolvem as actividades lectivas, se preparam as reuniões de avaliação, se escolhem manuais e se corrigem os exames, entre outras coisas.

Não surpreende pois que a profissionalidade docente esteja cada vez mais amputada das margens de autonomia que lhe deviam ser inerentes, numa clara desqualificação da sua insubstituível função social, e enquanto profissionais qualificadas/os que não deixaram de ser, cercadas/os por todos os lados, manietadas/os e cada vez mais impotentes para realizar livremente o seu trabalho e, ao mesmo tempo, chamadas/os a responder a problemas de enorme complexidade, que assolam toda a sociedade.

Um dos problemas que a escola deveria ajudar a resolver, em vez de dele se alienar, é a **igualdade de oportunidade entre mulheres e homens**, que se por

um lado registou um enorme progresso ao nível da permissão e do reconhecimento público, das qualidades das raparigas, esta igualdade e até mesmo superioridade no sucesso escolar, não é correspondido a outros níveis da participação na vida social, económica, no mundo do trabalho e da política.

A escola portuguesa continua a ser reprodutora de normas, valores e papéis que a sociedade atribui ao feminino e ao masculino. É ainda muito insuficiente a intervenção da escola no combate às desigualdades de género e à mudança de comportamentos e discriminação.

Também ao nível dos conteúdos programáticos, o retrocesso se tem manifestado - veja-se por exemplo, a não inclusão nas metas curriculares da disciplina de ciências físico naturais do 9º ano de escolaridade, do estudo dos métodos anticoncepcionais - mas também ao nível dos manuais escolares, dos exemplos pedagógicos e didáticos, exercícios e intervenções relativas às disciplinas, linguagem utilizada e regulação de comportamentos, poucas têm sido as alterações registadas na transmissão implícita de um código cultural e comportamental cujos modelos de identificação femininos e masculinos continuam a ser os tradicionais.

Ao contrário da corrente imposta por quem lidera o Ministério da Educação, a libertação do preconceito tem de ser encarada como uma tarefa educativa, pelo

que a escola também neste aspecto tem de ser reconstruída, no sentido de promover o equilíbrio entre o feminino e o masculino, através de uma prática pedagógica que privilegie o desenvolvimento de capacidades para aprender a optar em igualdade de circunstâncias e a utilizar socialmente o que se aprendeu. Não podemos esquecer que um em quatro adolescentes das escolas portuguesas é vítima de violência no namoro e que esta é a antecâmara para a violência doméstica entre casais adultos.

As alterações introduzidas nos currículos escolares pelo actual governo vieram ainda dificultar mais a prática de uma educação para a igualdade.

A diminuição de créditos horários para as escolas poderem gerir na aplicação de programas de educação para a saúde e cidadania, a sobreposição da teoria à prática, dos resultados quantitativos à qualidade da aprendizagem são, entre outros, graves entraves à formação integral das crianças e jovens, nomeadamente a igualdade de género.

A escola tem de transformar-se, não só num espaço de aprendizagens que valorizem a pessoa humana, independentemente do género, mas sobretudo num espaço de práticas de cidadania, em que a inclusão e a paridade sejam consideradas como valores fundamentais.

(Este texto não segue o novo acordo ortográfico)



“A Importância da Escola na Inclusão Social de Crianças e Jovens com Deficiência”

C.N.O.D.

Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes
Pessoa Colectiva de Utilidade Pública
Membro do Conselho Económico e Social
Membro do Fórum Europeu da Deficiência



Projeto CNOD/FENPROF

Durante o 1º período do ano letivo 2013/2014, a FENPROF e a CNOD (Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes) concretizaram o Projeto “A importância da escola para todos na inclusão social das crianças e jovens com deficiência”, co-financiado pelo Instituto Nacional de Reabilitação (INR). Este projeto pretendeu sensibilizar toda a comunidade educativa escolar para a importância da Escola Inclusiva. Ao longo do projeto, que decorreu entre outubro e dezembro de 2013, foi apresentada uma exposição com painéis ilustrativos de experiências de inclusão escolar e social das crianças e jovens com deficiência (desde a Intervenção Precoce à Universidade).

A exposição percorreu todo o país, de Norte a Sul, incluindo regiões autónomas (Évora, Castelo Branco, Sta. Mª da Feira, Funchal, Lisboa, Ponta Delga-

da). Para além da exposição, em cada região realizou-se um debate organizado por cada Sindicato da FENPROF (SPZS, SPRC, SPN, SPM, SPGL E SPRA), com programa próprio, adequado à realidade e experiência em termos de inclusão. Este projeto pretendeu consciencializar a comunidade educativa da importância da inclusão das crianças e jovens com deficiência em contextos não segregados, ou seja, em contextos de contato direto e permanente com crianças e jovens sem deficiência, onde o respeito e a tolerância pela diferença seja uma realidade, em ambientes de participação e inclusão plena e efetiva na escola e na sociedade em termos de igualdade de oportunidades para todas as crianças e jovens, independentemente da sua condição física ou psíquica.

Avaliação do Projeto

Depois das ações realizadas, o projeto “A importância da escola na inclusão social de crianças e jovens com deficiência” fez uma “avaliação muito positiva” desta iniciativa conjunta, num encontro com a comunicação social realizado em Lisboa (16/12/2013). O projeto sensibilizou a comunidade educativa para a necessidade de defender a Escola Inclusiva.

As duas organizações recolheram dados e informações que estiveram na base de queixa internacional contra o Governo português. Sendo a situação negativa, como se confirmou, FENPROF, CNOD e também a Associação Portuguesa de Deficientes formalizaram, junto da UNESCO e OIT, uma queixa contra o Governo português, por desrespeito de compromissos assumidos internacionalmente (nomeadamente na Declaração de Salamanca, de 1994), pondo em causa direitos fundamentais de alunos com NEE.

A Confederação Nacional das Organizações de Deficientes (CNOD) e a FENPROF, após a conclusão do Projeto, reafirmaram, ainda com mais convicção, a elevada importância da Educação Inclusiva.



Esta iniciativa reuniu cerca de meio milhar de participantes nas seis sessões realizadas (Évora, Castelo Branco, Santa Maria da Feira, Funchal, Lisboa e Ponta Delgada), destacando-se a presença de docentes, não docentes, estudantes, pais e encarregados de educação e representantes de associações locais/regionais. No conjunto, deram excelentes contributos para a dinamização dos debates e para um melhor conhecimento da realidade.

Após as denúncias feitas no início do ano letivo sobre a falta de condições a que se sujeitaram os alunos com Necessidades Educativas Especiais, devido às restrições e medidas negativas impostas pelo MEC (salas separadas para os alunos com NEE, falta de docentes de Educação Especial, falta de psicólogos, terapeutas, falta de assistentes operacionais, intér-

pretes de língua gestual, entre outros profissionais), nas várias sessões realizadas no âmbito deste projeto constatou-se que a situação, apesar do 1.º período letivo estar a terminar, na altura, ainda prevalecia em muitas escolas.

Da avaliação feita das sessões, com base nas opiniões dos participantes, concluiu-se ser necessário levar por diante mais iniciativas deste âmbito e em mais localidades do país, como destacaram Mário Nogueira, Ana Simões e José Reis.

Como sublinhou Ana Simões no final da conferência de imprensa, “a escola pública inclusiva deve contemplar todos; e todos juntos devemos exigir respeito por estes alunos. Vamos continuar!”.

“Abrindo Caminho para a Igualdade”

A **FNAJ – Federação Nacional das Associações Juvenis**, enquanto estrutura de representação e de apoio a jovens



e associações juvenis, desde há já alguns anos que se empenha na promoção da articulação das políticas da juventude com as políticas de igualdade de género e não discriminação, de cidadania, participação e não-violência. Nem sempre tem sido fácil levar a cabo esta tarefa, encontrando-se no terreno indiferenças e resistências em relação a esta temática. Mas, porque o movimento associativo juvenil é irreverente e criativo, mas também um parceiro sério e credível, tem-se conseguido uma construção conjunta de estratégias coletivas de âmbito mais inclusivo, paritário e responsabilizante. São muitas as associações juvenis que lutam pela promoção da cidadania dos/as jovens, por uma participação mais ativa e paritária nos processos de decisão e dão o exemplo de como é possível trans-

formar dinâmicas e práticas sociais, criando uma sociedade justa, humana e cidadã.

O projeto **“Abrindo Caminho para a Igualdade”**, financiado pelo POPH/QREN/CIG (Eixo 7 – Igualdade de Género, Ação 7.3), atualmente a decorrer nas regiões do Norte, Centro e Alentejo, enquadra-se na campanha **“Age com a FNAJ pela Igualdade”**. Desta campanha, destaca-se a nossa estratégia operacional com o objetivo de garantir a continuidade, articulação, coesão e avaliação entre os vários projetos levados a cabo pela FNAJ, nesta área, ao longo dos vários anos.

O grande mote do nosso projeto “Abrindo Caminho para a Igualdade” visa a aposta na componente local de divulgação, trabalhando com jovens na sensibilização e empoderamento para a igualdade e não discriminação, promovendo a desconstrução de estereótipos de género, valores da cidadania e uma cultura de paz e não-violência, e o combate de todas as formas de violência de género, incluindo o tráfico de seres

humanos. Está a ser desenvolvido de uma forma integrada, articulando distintas formas de implicação, comunicação e envolvimento das comunidades locais através da criação de uma rede territorial informal de instituições, entre municípios, escolas, associações juvenis locais e regionais.

Ao longo do primeiro semestre de 2014, a intervenção ao nível deste projeto centrou-se na dinamização da **Carrinha da Igualdade**, tendo-se percorrido 34 municípios das regiões do Norte, Centro e Alentejo. A presença desta Carrinha, que se transforma em stand interativo, foi sobretudo em escolas e/ou parques escolares e agrupamentos, reforçando o papel junto da juventude, sobretudo alunos/as do ensino secundário. A interatividade da Carrinha da Igualdade é uma boa e importante ferramenta – no seu interior há mesas interativas disponíveis com jogos e propostas de trabalho lúdicas, cujas questões convocam à leitura e reflexão dos conteúdos expostos. No exterior foram executadas várias dinâmicas de grupo e jogos pedagógicos, desenvolvidos pela equipa técnica do projeto. As visitas da Carrinha representaram uma oportunidade única, interessante e divertida de experimentação do tema.

Tendo em conta os contactos efetuados com docentes e profissionais das autarquias onde a Carrinha da Igualdade esteve presente, assim como os contactos estabelecidos com as associações juvenis locais, desenvolveram-se também três *Workshops* destinados exclusivamente a profissionais de autarquias, profissionais de escolas, dirigentes e participantes das associações ou associações juvenis locais. Porto, Guarda e Évora foram as cidades selecionadas para estes Workshops, onde, para além de trabalhar as questões da igualdade e apresentar uma explanação do projeto, também proporcionou a criação de redes de parcerias para possíveis projetos ou ações.

Para completar, quer a dinamização da Carrinha da Igualdade quer a ação dos Workshops, e expandir a capacitação a um maior número de pessoas, foram também realizados **Seminários Temáticos** nas ci-



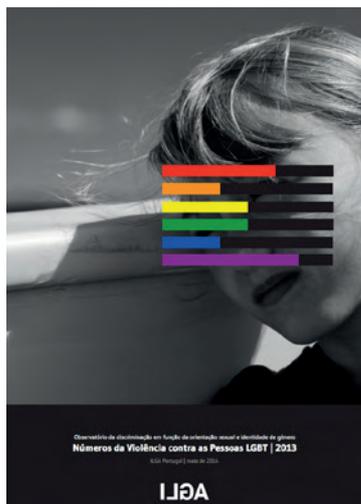
dades de Gondomar, Guarda e Évora. Os Seminários são constituídos por dois painéis. Cada painel conta com a participação de um organismo governamental, de um/uma investigador/a e de uma associação e/ou associação juvenil com intervenção no tema. O programa dos Seminários prevê igualmente a realização de dois workshops em simultâneo, correspondentes a cada tema dos painéis temáticos. Os Seminários têm como público-alvo as associações, associações juvenis, grupos informais de jovens, jovens, profissionais de escolas, profissionais de autarquias, profissionais de outras entidades locais, investigadoras/es e outros agentes multiplicadores, assim como público escolar. Ao realizar os Seminários, marcamos claramente uma forte presença local, sempre mantendo a colaboração próxima com as autarquias, associações juvenis e escolas.

Tod@s somos precis@s



Num ano em que uma maioria no Parlamento recusou deliberadamente reconhecer os direitos das crianças nas nossas famílias e decidiu continuar a violar conscientemente os Direitos Humanos, torna-se ainda mais evidente a urgência e a importância do trabalho pela igualdade das pessoas LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgénero.

<http://observatorio.ilga-portugal.pt>



A caminho do Dia Mundial de Luta contra a Homofobia e Transfobia, revelámos os resultados do nosso Observatório da Discriminação com dados relativos ao ano de 2013:

- 258 participações, das quais 112 configuram crimes de ódio de acordo com a definição da OSCE;
- 96% não são comunicados às autoridades competentes, tornando evidente a necessidade de formação adequada de setores como a segurança e a justiça a idade jovem de agressores/as e vítimas reforça
- a necessidade de trabalho em todas as escolas do país
- casos de discriminação no acesso a bens e ser-

viços reforçam a necessidade de legislação que proteja contra a discriminação em função da orientação sexual e identidade de género também nesta área

- o silêncio face à orientação sexual ou identidade de género continua a ser a melhor prova do peso da discriminação: só 16% das pessoas se assumem enquanto L, G, B ou T no local de trabalho e pouco mais de 20% perante a família.

Os resultados do primeiro ano de funcionamento deste Observatório só vêm reforçar a importância de quebrar todos estes silêncios. Vamos por isso continuar a recolher dados e incentivar vítimas e testemunhas a denunciar incidentes e crimes discriminatórios em <http://observatorio.ilga-portugal.pt/>

<http://porto.ilga-portugal.pt>

O primeiro semestre de 2014 coincidiu com a última fase do projeto Porto Arco-Íris, levado a cabo com o suporte financeiro do POPH, através do eixo 7.3. E os números falam por si:

- 3 ações de sensibilização para o voluntariado, que envolveram 42 participantes
- 187 pessoas envolvidas em trabalho voluntário regular ou pontual)
- 90 pessoas passaram pela nossa comunidade de leitura de temática lésbica
- 255 pedidos de apoio social, jurídico ou psicológico acompanhados
- 50 bibliotecas escolares e municipais dotadas de materiais inclusivos em matéria de orientação sexual e identidade de género
- 3 edições da Feira do Livro LGBT do Porto, com mais de 600 visitantes;
- 44 candidaturas no âmbito do concurso de literatura infantil “Um conto arco-íris”, que resultou na publicação e distribuição do livro “Primeiro Cresci no Coração”;
- 800 pessoas nos ciclos de cinema “We are family” (com duas edições), “Girls on film” ou “Cine arco-íris”;
- 6544 pessoas abrangidas diretamente pelas nossas iniciativas de sensibilização, especialmente

em contexto escolar, mas também junto de áreas profissionais estratégicas e inovadoras (incluindo agentes de geriatria, técnicas/os de ação social ou enfermeiras/os);

- 48 ações de sensibilização em escolas (do 1º ciclo, através de dinâmicas de “storytelling”, até ao secundário), universidades e centros de formação.

Durante 34 meses, o Porto teve uma dinâmica construtiva e crítica no combate à discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género. Destacamos ainda a intervenção em zonas onde o peso desta discriminação, que se traduz especialmente pela invisibilidade e o isolamento de muitas pessoas LGBT, se faz sentir com maior expressão, designadamente fora dos grandes centros urbanos – e também intervenções de sensibilização pioneiras, nomeadamente com utentes de serviços de saúde mental, reclusos, ou organizações de mães e pais.

<http://educacao.ilga-portugal.pt>

E porque a educação é um vetor fundamental para o combate a atitudes e valores discriminatórios, lançámos e divulgámos a plataforma “Tod@s Somos Preci@s” (acessível através da página <http://educacao.ilga-portugal.pt>) resultante de uma parceria internacional liderada pelo Instituto Dinamarquês dos Direitos Humanos, e que consiste num website com recursos pedagógicos para professoras/es e um outro com atividades e recursos para alunas/os do 2º e 3º ciclo e secundário, que podem ser filtradas, através de um motor de busca, por áreas disciplinares, facilitando deste modo a ligação aos conteúdos programáticos regulares. Pretende-se com este recurso inovador disponibilizar ferramentas para trabalhar o combate à homofobia e transfobia em contexto escolar, reforçando a aplicação das medidas já previstas na lei sobre educação sexual de 2009 e no novo Plano Nacional para a Igualdade. Foi criado um spot de divulgação em suporte vídeo, apelando à sua disseminação especialmente junto do público mais jovem.

<http://premioarcoiris.ilga-portugal.pt>

E a 11ª edição dos Prémios Arco-íris celebrou, uma vez mais, pessoas e instituições que se distinguiram ao longo do ano de 2013 na luta contra a discrimina-

ção em função da orientação sexual e da identidade de género.

Ricardo Araújo Pereira conduziu a entrega dos seis troféus criados pelo artista plástico Rodrigo Oliveira, numa noite que contou com atuações do CoLeGaS - o Coro Gay, Lésbico e Simpatizante da ILGA Portugal e de Lena d'Água, numa homenagem a António Variações.



A Campanha ‘Dislike Bullying Homofóbico’ foi a primeira premiada da noite. Pela primeira vez, o Estado português levou a cabo uma campanha pública contra a discriminação das pessoas LGBT, que incidiu sobre o bullying homofóbico e transfóbico. Manuel Luís Goucha, Lourenço Ódin Cunha (Secret Story - Casa dos Segredos 4) e Pedro Lopes e a sua equipa de guionistas de ‘Sol de Inverno’ e ‘Dancin’ Days’ foram algumas das personalidades que no meio televisivo contribuíram para a visibilidade de questões relacionadas com os direitos das pessoas LGBT. A Escola da Polícia Judiciária recebeu o troféu pelo trabalho sistemático de formação de profissionais contra a discriminação e contra os crimes de ódio com base na orientação sexual ou identidade de género.

A cerimónia de entrega dos troféus encerrou com a presença de deputadas/os que votaram a favor da coadocção em casais do mesmo sexo no dia 17 de maio de 2013, representadas/os pelas/os promotoras/es do projeto - Isabel Moreira e Pedro Delgado Alves.

A mensagem foi clara: todos estes exemplos positivos marcam que a luta contra a discriminação é e deve ser de todas as pessoas e instituições. Tod@s somos preci@s.

Prevenção da Violência de Género na UMAR: Projeto “Mudanças com Arte”

Ana Guerreiro, Cátia Pontedeira, Emanuel Oliveira e Maria José Magalhães, 2014



A UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta, tem diversos projetos financiados e não financiados na defesa dos direitos das mulheres e promoção dos feminismos. Neste artigo é pretendido focar o trabalho desenvolvido pela associação no campo da prevenção primária da violência de género e educação.

A violência pode ser definida como o uso desonesto, intencional, prepotente e oportunista de poder e que, inserida nas escolas, traduz-se num problema social que tem ganho maiores proporções devido à mediatização e às transformações do sistema educativo. A Violência de Género é uma das violências mais significativas, uma vez que a sua presença integra todos/as os/as intervenientes e subsiste o desequilíbrio entre a sua invisibilidade e o inverso. Não se trata de um problema individual ou de uma relação entre duas pessoas, mas sim social, estrutural e político.

Sendo a educação um elemento de transformação

social feito maioritariamente na escola, as estratégias de prevenção, com especial ênfase na prevenção primária, introduzem num grupo particular, os/as jovens, novos valores, novos processos de pensamento e novas formas relacionais com vista a relações pacíficas e saudáveis.

As escolas são definidas como um contexto social específico, incidindo nos processos de ensino-aprendizagem, onde se pressupõe uma interação entre os seus membros, bem como uma articulação entre a socialização e a organização do macrosistema.

Em Portugal, privilegia-se a utilização de estratégias de prevenção secundária e terciária com as casas-abrigo e centros de atendimento e acompanhamento a mulheres vítimas de violência de género. Não obstante, importa envolver esforços na redução da Violência de Género antes de ela emergir na população. É, pois, importante corporizar as ferramentas da prevenção primária num projeto/programa. É desta necessidade que nasce, na UMAR, o enfoque na prevenção primária que se desenvolve desde 2004. Neste percurso surge o Projeto “Mudanças com Arte” – Jovens Protagonistas para a Igualdade de Género e para a Promoção dos Direitos Humanos, existente desde



2008 que, atualmente se encontra na segunda edição.

Este programa, inserido no eixo 7.3 do POPH, assume duas vertentes: uma de intervenção contínua e outra de ações de sensibilização. As ações de sensibilização são intervenções pontuais que servem para tentar passar uma mensagem, alertando jovens e docentes para a violência nas relações de intimidade, para alguns mitos associados, assim como para as consequências e sinais desta e ainda algumas particularidades do plano de segurança. Já a ação contínua tem lugar em diversas escolas da zona do Grande Porto e passa por uma intervenção específica e integrada, que conta com um conjunto de sessões sequenciais em termos de conteúdos, objetivos e competências. É com este trabalho contínuo e sistemático que se provocam mudanças discursivas, atitudinais e comportamentais. Abordar estes valores junto de jovens com métodos meramente expositivos revela-se ineficaz, portanto a metodologia de projeto é a mais adequada, uma vez que os/as jovens são protagonistas da sua própria mudança, utilizando ferramentas artísticas que se transformam em meios de luta para a construção de uma sociedade sem violência.

O Projeto Mudanças com Arte incidiu, desde 2008, em 135 turmas que variaram desde o 5º ao 12º ano contemplando um total de 3058 alunos/as.

Em cada turma foram realizadas, em média, 15 sessões que variaram entre 45 e 90 minutos, totalizando mais de 91 000 minutos (91 125) de trabalho com equipas multidisciplinares. A evolução de cada um/a destes/as jovens foi monitorizada por questionários de pré e pós-teste.

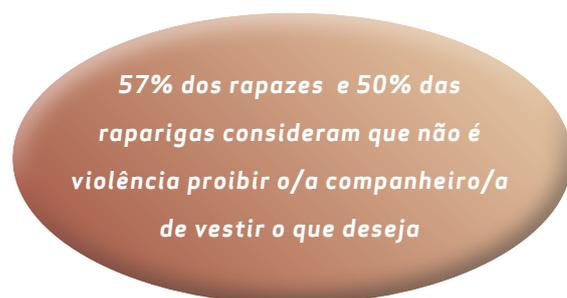
As mudanças são visíveis, não só através destes números onde se denota uma mudança comportamental de cerca de 16%, mas também nas atitudes e discursos que os/as mesmos/as têm. O feedback sistemático que obtemos dos/as jovens é de que este projeto os/as ajuda a compreender o que é a violência de género e como devem agir perante situações de violência. Alguns/mas referem ainda a importância destas ações continuadas e concluem que deveriam ser integradas no currículo escolar.

Paralelamente, o Projeto avançou com ações de sensibilização em turmas que não foram abrangidas pelo projeto, e com outros/as jovens, docentes, encarrega-

dos/as de educação e a população em geral. No total, desde 2008, cerca de 12 000 pessoas foram sensibilizadas para prevenção da violência de género.



Nas anteriores edições de formação sobre violência de género para docentes, o objetivo era dotá-los/as de conhecimentos e ferramentas para que pudessem trabalhar na prevenção da violência de género de forma continuada nas suas turmas. Este objetivo foi conseguido com 192 docentes que estão agora, após 5 ações de formação, aptos/as a continuar o trabalho de prevenção primária.



Um estudo sobre a violência no namoro realizado, no âmbito deste projeto, demonstra a necessidade emergente e atual de alargar esta intervenção. Deste estudo, realizado com 885 jovens (448 rapazes e 437 raparigas), constata-se, entre outras problemáticas, que a maioria deles/as considera normal proibir o/a parceiro/a de vestir o que gosta, proibir o/a parceiro/a de sair sem a sua companhia, e que controlar o telemóvel não é um comportamento violento.



De forma geral, o Projeto tem vindo a demonstrar a importância de ser realizado de forma continuada e integrada nos currículos escolares, pelo que já se estão a tentar formalizar parcerias com diversos municípios para que esta filosofia seja posta em prática.

EXPLORAÇÃO

LABORAL

NÃO DEIXE QUE O
TRÁFICO HUMANO
ESCREVA O SEU DESTINO.

PROTEJA-SE E DENUNCIE.

LINHA SOS IMIGRANTE
808 257 257

EQUIPA MULTIDISCIPLINAR
964 608 288
961 674 745



Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
Presidência do Conselho de Ministros



GOVERNO DE
PORTUGAL



GOVERNO DA REPÚBLICA
PORTUGUESA

UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

campanha
coração azul
contra o Tráfico
Humano

CONTRA O TRÁFICO
DE SERES HUMANOS
AGAINST TRAFFICKING
IN HUMAN BEINGS

Sobre a temática Educação destacam-se os vários Planos nacionais, bem como as publicações e materiais editados pela CIG neste âmbito. Estes e muitos outros documentos, em suporte papel e eletrónico, podem ser acedidos através do Portal CID *online* [cid.cig.gov.pt] e também consultados nas instalações do Centro de Informação e Documentação (CID) da CIG.

Publicações editadas pela CIG

Coleção “Cadernos Condição Feminina”

- > N.º 7 - *Situação das mulheres portuguesas perante a educação*. Isabel Romão. 1977
- > N.º 9 - *Os estereótipos em manuais escolares: esboço sociológico sobre a discriminação sexual nos programas de aprendizagem da leitura*. Eugénio Brandão. 1979
- > N.º 11 - *A imagem feminina nos manuais escolares*. Ivone Leal. 1979
- > N.º 16 - *O masculino e o feminino em literatura infantil*. Ivone Leal. 1982
- > N.º 17 - *A igualdade de oportunidades de formação profissional para as mulheres*. Manuela Silva. 1983
- > N.º 21 - *A mulher e o ensino superior, a investigação científica e as novas tecnologias em Portugal: actas de um Seminário*. 1987
- > N.º 34 - *Representações sociais de homens e de mulheres: Portugal 1991*. Adélia Costa. 1993
- > N.º 42 - *Em busca de uma pedagogia da igualdade: actas da Universidade de Verão*. 1995
- > N.º 54 - *Coeducação: do princípio ao desenvolvimento de uma prática: actas do Seminário Internacional*. 1999
- > N.º 58 - *Coeducação para uma sociedade inclusiva: actas do Seminário Internacional*. 2000
- > N.º 60 - *A profissão docente e os desafios da coeducação: perspectivas teóricas para práticas inovadoras*. Coord. Teresa Pinto. 2002
- > N.º 64 - *Género e Cidadania nas Imagens de História*. Maria Teresa Alvarez Nunes. 2006.

Coleção “Ditos & Escritos”

- > N.º 10 - *O papel dos materiais pedagógicos no desenvolvimento de uma educação para a igualdade entre os sexos*. Fernanda Henriques, Teresa Joaquim. 1995 [2ª. edição 1996]

Coleção “Mudar as Atitudes”

- > N.º 1 - *A minha profissão*. Isabel Romão e Fernando Baginha. 1979
- > N.º 2 - *Feminino-masculino: factos e imagens*. Isabel Romão e Fernando Baginha. 1979
- > N.º 3 - *Rapaz, rapariga: qual a diferença I*. 1980
- > N.º 4 - *Rapaz, rapariga: qual a diferença II*. 1980

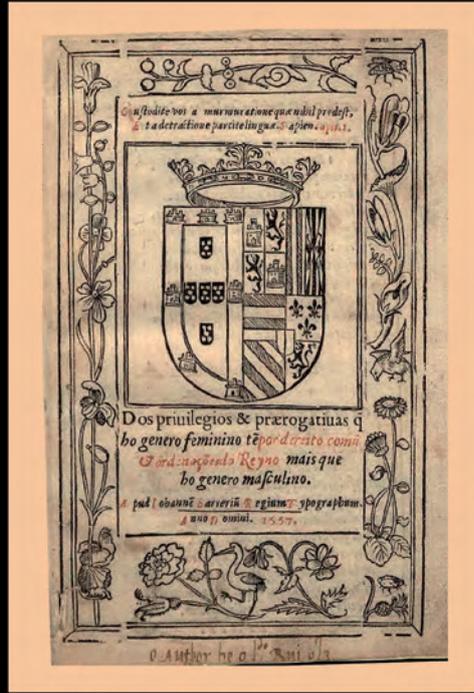
- > N.º 5 - *Rapaz, rapariga: qual a diferença III*. 1980
- > N.º 6 - *Actividades para uma educação não sexista: sugestões para o ensino pré-primário*. Isabel Romão. 1983
- > N.º 7 - *Distorções sexistas nos materiais pedagógicos: como identifica-las e como evitá-las*. Isabel Romão. 1989
- > N.º 8 - *Actividades para uma educação não sexista: sugestões para o primeiro ciclo do ensino básico*. Isabel Romão. 1989
- > N.º 9 - *Projectos de vida, projectos de aprendizagem: estudo exploratório*. Fernanda Henriques. 1994 [2ª ed., 1996]
- > N.º 10 - *Quando eu for grande*. José Paulo Casimiro da Fonseca. 1994
- > N.º 11 - *Representações femininas nos manuais escolares de aprendizagem da leitura do 1º ciclo do Ensino Básico*. José Paulo da Fonseca. 1994
- > N.º 12 - *Rosa cor de azul: projecto “Em busca de uma pedagogia da igualdade”*. Luisa Ferreira da Silva [et al.]. 1995
- > N.º 13 - *A escola e a construção da identidade das raparigas: o exemplo dos manuais escolares*. Maria de Jesus Agapito Martelo. 1999 [2ª ed. 2004]
- > N.º 14 - *Representações de género em manuais escolares: Língua Portuguesa e Matemática: 1º ciclo*. Anabela Correia e Maria Alda Ramos. 2002
- > N.º 15 - *Educação familiar: estratégias para a promoção da igualdade de género*. Cristina Vieira. 2006 [2ª ed., 2007; 3ª ed., 2013]
- > *Educação familiar [Recurso eletrónico]: estratégias para a promoção da igualdade de género*. Cristina Vieira. 2013
- > N.º 16 - *Desporto na escola: educando para a igualdade*. Associação Portuguesa Mulheres e Desporto. 2009
- > N.º 17 - *O feminino e o masculino nos materiais pedagógicos: (in)visibilidades e (des)equilíbrios*. Teresa Alvarez. 2009

Coleção “Cadernos Coeducação”

- > *Coeducação e igualdade de oportunidades*. Teresa Pinto e Fernanda Henriques. 1999 [2ª ed., 2000]
Coeducación y igualdad de oportunidades. 1999 [versão espanhola]

- Coeducazione e pari opportunità.* 1999 [versão italiana]
- Coeducation and equal opportunities.* 2001 [versão inglesa]
- > *Milieux scolaires et questions de genre: éléments de réflexion pour la pratique d'enseignement.* Nadja Acioly-Régnier [et al.]. 1999. [2ª ed., 2001]
 - Meios escolares e questões de género: elementos de reflexão para a prática do ensino.* 1999 [2ª ed., 2001] [versão portuguesa]
 - Identity and gender in educational practice.* 2001 [versão inglesa]
 - > *Identidade y género en la práctica educativa.* Teresa Alario Trigueros [et al.]. 1999 [2ª ed., 2000; 3ª ed., 2001]
 - Identidade e género na prática educativa.* Teresa Alario Trigueros [et al.]. 1999 [2ª ed., 2001] [versão portuguesa]
 - Identity and gender in educational practice.* 2001 [versão inglesa]
 - > *A narrativa na promoção da igualdade de género: contributos para a educação pré-escolar.* Ana da Silva [et al.]. 1999 [2ª ed., 2000; 3ª ed., 2005]
 - La narrativa en la promoción de la igualdad de género: aportaciones para la educación pre-escolar.* Ana Silva [et al.]. 1999 [versão espanhola]
 - > *Orientamento e identità di genere: la relazione pedagogica.* Gisella Bozzi Tarizzo e Diana de Marchi. 1999.
 - Orientação e identidade de género: a relação pedagógica.* Gisella Bozzi Tarizzo e Diana de Marchi. 1999 [2ª ed., 2001] [versão portuguesa]
 - > *Criatividade na coeducação: uma estratégia de mudança.* Maria Graciete Monge [et al.]. 1999 [2ª ed., 2000]
 - La Créativité dans la coéducation: une stratégie pour le changement.* Maria Graciete monge [et al.]. 1999 [versão francesa]
 - > *Linguagem, poder, educação: o sexo dos B, A, BAs.* Graça Abranches e Eduarda Carvalho. 1999 [2ª ed., 2000]
 - Lenguaje, poder, educación: el sexo de los B, A, BA.* Graça Abranches e Eduarda Carvalho. 1999 [versão espanhola]
 - Linguaggio, potere, educazione: il sesso degli abbici.* Graça Abranches e Eduarda Carvalho. 1999 [versão italiana]
 - > *Estereótipos de género.* António Neto [et al.]. 1999 [2ª ed. 2000]
 - Estereotipos de Género.* António Neto [et al.]. 1999 [versão espanhola]
 - > *Des-fiar as vidas: perspectivas biográficas, mulheres e cidadania.* Helena Costa Araújo e Maria José Magalhães. 1999 [2ª ed., 2000];
 - Raccontare le vite: prospettive biografiche, insegnanti e cittadinanza.* Helena Costa Araújo e Maria José Magalhães. 1999 [versão italiana]
 - Les récits de vie: les perspectives biographiques, les femmes et la citoyenneté.* Helena Costa Araújo, Maria José Magalhães. 1999 [versão francesa]
 - Retazos de vidas: perspectivas biográficas, professoras y ciudadanía.* Helena Costa Araújo, Maria José Magalhães. 2001 [versão espanhola]
 - > *Educação para a cidadania.* Ana Bettencourt, Joana Campos e Lurdes Fragateiro. 1999 [2ª ed., 2000]
 - > *Education pour la citoyenneté.* Ana Bettencourt, Joana Campos e Lurdes Fragateiro. 1999 [versão francesa]
- ### Coleção “Fio de Ariana”
- > N.º 1 - *Maria Veleda (1871-1955).* Natividade Monteiro. 2004 [2ª. ed., 2013]
 - > N.º 2 - *Carolina Beatriz Ângelo (1878-1911).* Maria Regina Tavares da Silva. 2005 [2ª. ed., 2013]
 - > N.º 3 - *A concessão do voto às portuguesas – breve apontamento.* Maria Reynolds de Souza. 2006 [2ª. ed., 2013]
 - > N.º 4 - *Deusas e guerreiras dos Jogos Olímpicos.* Isabel Cruz, Paula Botelho Gomes e Paula Silva. 2006 [2ª. ed., 2013]
 - > N.º 5 - *Mulheres e republicanismo (1908-1928).* João Esteves. 2008.
 - > N.º 6 - *Adelaide Cabete (1867-1935).* Isabel Lousada. 2010.
- ### Fora de Coleção
- > *Guião de educação género e cidadania: pré-escolar.* Maria João Cardona [et al.]. 2010
 - > *Guião de educação género e cidadania: 3º ciclo do ensino básico.* Teresa Pinto [et al.]. 2010
 - > *Guião de educação género e cidadania: 1º ciclo.* Maria João Cardona [et al.]. 2011
 - > *Guião de educação género e cidadania: 2º ciclo.* Clarinda Pomar [et al.]. 2012 [reimpressão, 2013]
 - > *Guião de educação género e cidadania [Recurso eletrónico]: 2º ciclo.* Clarinda Pomar. 2012

reunindo
500 anos de estudos



Centro de Informação & Documentação

Promover a Igualdade
Sensibilizar e Informar
Investigar e Estudar
Formar para Empoderar

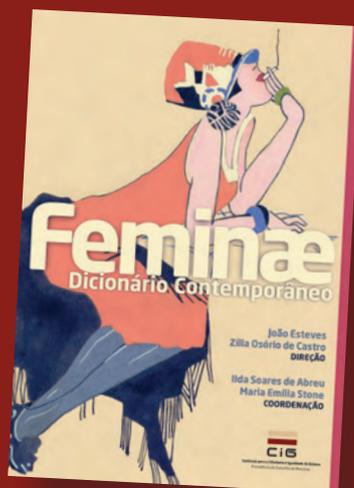


**Centro de Informação
& Documentação**
Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

Av. da República, 32 - 2º /Esqº, 1050-193 Lisboa - Portugal
Tel. +351 21 798 30 00 | Fax. +351 21 798 30 98 | E-mail: cig@cig.gov.pt

Horário: dias úteis, das 9h às 18h

Portal do CID:
cid.cig.gov.pt
www.cig.gov.pt



www.dislikebullyinghomofobico.pt